



Banco Votorantim S.A

Demonstrações financeiras consolidadas em
IFRS
31 de dezembro de 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais consolidados	5
Demonstrações de resultados consolidados	6
Demonstrações de resultados abrangentes consolidados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Votorantim S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2n, em decorrência das mudanças de políticas contábeis adotadas em 2013, os valores correspondentes consolidados, relativos ao balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e os valores correspondentes relativos às demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 7 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.

Balancos patrimoniais consolidados

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012*		Nota	2013	2012*
Ativo		<u>111.189.451</u>	<u>133.142.379</u>	Passivo		<u>104.265.411</u>	<u>125.506.356</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.049.961	1.178.101	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16	411.681	607.437
Ativos financeiros com acordo de revenda	5	5.848.911	13.914.873	Passivos financeiros ao custo amortizado	17	97.024.821	114.181.077
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	5.842.870	12.225.873	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.290.605	1.735.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	6b	20.027.187	22.928.411	Provisões	18	1.649.247	1.275.295
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6c	5.181.200	-	Passivos tributários correntes	19	160.752	299.761
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.313.202	1.979.551	Passivos tributários diferidos	20	763.838	543.701
Empréstimos e recebíveis	8	57.864.293	70.242.288	Obrigações legais	21	4.774	1.617.768
Dividendos a receber		14.610	34.705	Outros passivos	22	2.959.693	5.246.067
Ativos tributários correntes	9	255.967	666.641				
Ativos tributários diferidos	10	6.690.795	4.929.358	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>6.924.039</u>	<u>7.636.022</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda	11	159.476	152.556				
Investimentos	12	518.532	234.982	Capital social		7.125.761	7.026.841
Outros ativos	13	2.251.276	4.486.252	Reservas	23b	133.468	302.046
Ativos tangíveis	14	118.506	116.387	Ajustes de avaliação patrimonial	23d	(335.190)	307.135
Ativos intangíveis	15	<u>52.665</u>	<u>52.401</u>				
				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		<u>1</u>	<u>1</u>
Total do ativo		<u>111.189.451</u>	<u>133.142.379</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>111.189.451</u>	<u>133.142.379</u>

*Os valores de 2012 foram reapresentados em atendimento ao IFRS 10, conforme Nota Explicativa nº 2.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações de resultados consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012*
Receitas de juros	24	14.253.954	17.289.969
Despesas de juros	25	(7.724.118)	(9.918.548)
Margem financeira		6.529.836	7.371.421
Resultado líquido de serviços e comissões	26	(478.820)	(928.352)
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	27	(1.745.796)	1.174.351
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda		68.754	(6.562)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	28	1.456.843	(1.743.549)
Outros resultados operacionais	29	1.035.379	(735.089)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.866.196	5.132.220
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	30	(4.172.665)	(5.679.489)
Despesas de pessoal	31	(1.033.206)	(978.774)
Outras despesas administrativas	32	(501.363)	(505.087)
Depreciação e amortização	33	(33.535)	(29.443)
Despesas tributárias	34	(1.719.873)	(513.361)
Resultado de equivalência patrimonial		27.061	(9.013)
Resultado na alienação de ativos não financeiros para a venda	35	(28.702)	(145.255)
Resultado antes de impostos e contribuições e participação nos lucros		(596.087)	(2.728.202)
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	36a	(458.196)	(1.289.234)
Impostos e contribuições sobre a renda diferidos	36b	1.093.839	2.646.783
Participação nos lucros		(231.667)	(295.468)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		(192.111)	(1.666.121)
Resultado líquido do exercício		(192.111)	(1.666.121)

*Os valores de 2012 foram reapresentados em atendimento ao IFRS 10 e para melhor apresentação dos itens de resultado, conforme Nota Explicativa nº 2n.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado líquido do exercício	<u>(192.111)</u>	<u>(1.666.121)</u>
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(1.046.855)</u>	<u>400.683</u>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	(978.101)	394.121
Reclassificação do resultado realizado para o resultado	(68.754)	6.562
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Hedge)	-	5.005
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	<u>404.530</u>	<u>(116.948)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(834.436)</u></u>	<u><u>(1.377.381)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					Participações não controladores	Total patrimônio líquido	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucro/ (prejuízo) acumulado			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5.026.841</u>	<u>585.104</u>	<u>1.383.063</u>	<u>18.395</u>	<u>-</u>	<u>7.013.403</u>	<u>9</u>	<u>7.013.412</u>
Aumento de Capital social	2.000.000	-	-	-	-	2.000.000	(6)	1.999.994
Constituição / (reversão) de reservas	-	(283.058)	(1.383.063)	-	1.666.121	-	(2)	(2)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	288.740	-	288.740	-	288.740
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(1.666.121)	(1.666.121)	-	(1.666.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>7.026.841</u>	<u>302.046</u>	<u>-</u>	<u>307.135</u>	<u>-</u>	<u>7.636.022</u>	<u>1</u>	<u>7.636.023</u>
Aumento de Capital social	98.920	-	-	-	-	98.920	-	98.920
Constituição / (reversão) de reservas	-	(192.631)	-	-	192.631	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	(520)	(520)	-	(520)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	24.053	-	(642.325)	-	(618.272)	-	(618.272)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(192.111)	(192.111)	-	(192.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>7.125.761</u>	<u>133.468</u>	<u>-</u>	<u>(335.190)</u>	<u>-</u>	<u>6.924.039</u>	<u>1</u>	<u>6.924.040</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012*
Fluxos de caixa proveniente das operações		
Resultado líquido do exercício	(192.111)	(1.666.121)
Ajustes ao resultado líquido:	3.448.776	6.468.072
Depreciação/amortização	33.535	29.443
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	4.495.967	5.392.327
Provisões e obrigações legais	(1.053.665)	1.037.289
Resultado de equivalência patrimonial	(27.061)	9.013
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	23.894.730	(1.700.593)
Ativos financeiros com acordo de revenda	8.065.962	(4.296.648)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.383.003	(2.214.069)
Instrumentos financeiros derivativos	666.349	(302.606)
Empréstimos e recebíveis	7.882.028	10.296.629
Dividendos a receber	20.095	(8.557)
Ativos tributários correntes	410.674	298.560
Ativos tributários diferidos	(1.761.437)	(2.405.994)
Ativos não financeiros mantidos para venda	(6.920)	(50.730)
Outros ativos	2.234.976	(3.017.178)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	(21.805.890)	(7.224.003)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(195.755)	483.731
Passivos financeiros ao custo amortizado	(18.774.867)	(11.471.260)
Instrumentos financeiros derivativos	(444.645)	253.246
Passivos tributários correntes	243.280	402.338
Pagamentos de caixa referentes a passivos tributários correntes	(382.289)	(201.153)
Passivos tributários diferidos	220.137	(116.348)
Provisões e obrigações legais	(185.377)	(5.733)
Outros passivos	(2.286.374)	3.431.176
Caixa gerado/(utilizado) pelas operações	5.345.505	(4.122.645)
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento de capital	98.920	2.000.000
Outros eventos contra o patrimônio líquido	(519)	-
Aumento ou decréscimo de participações de não controladores	-	(8)
Títulos emitidos	1.251.608	4.967.121
Passivos subordinados	367.002	(406.100)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento	1.717.011	6.561.013
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		
Investimentos	(256.489)	(243.995)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.916.561)	(6.594.201)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(981.688)	-
Ativos tangíveis	(25.083)	(1.902)
Ativos intangíveis	(10.835)	(15.073)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimentos	(3.190.656)	(6.855.171)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.871.860	(4.416.803)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.178.101	5.594.904
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.049.961	1.178.101
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.871.860	(4.416.803)

*Os valores de 2012 foram representados em atendimento ao IFRS 10, conforme Nota Explicativa nº 2n.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Votorantim é uma Companhia de capital fechado que, operando na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento, de financiamento e de operações de câmbio. Domiciliado no Brasil, o Banco Votorantim está localizado na Avenida das Nações Unidas, 14.171 - São Paulo - SP.

O Banco Votorantim e suas controladas BV Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimento, Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (Conglomerado) também atuam em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 31 de julho de 2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de junho de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 98.920; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação implicou em um aumento do Capital Social do Banco, no mesmo montante do Patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, noventa seis mil, duzentas e quatro) novas ações, sendo 1.179.896.894 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e quatro) ações ordinárias e 262.199.310 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e dez) ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detém no Capital Social da BV Participações, em substituição das ações da BV Participações que serão extintas.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da BV Participações incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: 99.090
- Passivos: 170
- Patrimônio Líquido: 98.920

Em 31 de julho de 2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da CP Promotora ao patrimônio da BV Financeira nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de junho de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 65.046; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros e minimiza despesas administrativas. Como decorrência natural, a CP Promotora teve sua personalidade jurídica extinta e a BV Financeira passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação implicou em aumento do Capital Social da BV Financeira, no mesmo montante do Patrimônio Líquido incorporado, mediante a emissão de 80.601 (oitenta mil e seiscentos e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem atribuídas à BV Financeira, única acionista da CP Promotora, em substituição das ações da CP Promotora que serão extintas.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da CP Promotora incorporados pela BV Financeira:

- Ativos: 220.916
- Passivos: 155.870
- Patrimônio Líquido: 65.046

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

b. Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos na data de negociação - data na qual o Conglomerado se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Conglomerado tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado no exercício em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda por redução no seu valor recuperável, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como resultado de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

O Conglomerado avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros indique perda por redução ao seu valor recuperável. No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão com imparidade. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas. O Banco Votorantim S.A. que tem o controle do investimento sob as subsidiárias no exterior, definiu o Real Brasileiro como a moeda funcional das entidades, pois as atividades das operações no exterior são realizadas como uma extensão do Banco Votorantim e não seguem um nível significativo de autonomia.

O IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

d. Estimativas contábeis e julgamento

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas por redução no valor recuperável, assim como da análise sobre os passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

Os principais valores reconhecidos nas demonstrações financeiras por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- nº 6 - Ativos financeiros
- nº 7 - Instrumentos financeiros derivativos
- nº 8 - Empréstimos e recebíveis
- nº 10 - Ativos tributários diferidos
- nº 16 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- nº 18 - Provisões

e. Base de consolidação

São classificadas como controladas, as empresas sobre as quais a Companhia exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possui poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno. As investidas controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Conglomerado assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim (controladora) e das seguintes investidas controladas:

	Percentual de participação	
	2013	2012
Controladas no País (participação direta)		
Votorantim CTVM Ltda.	99,99	99,99
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	99,99	99,99
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100,00	100,00
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,99
BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.	100,00	100,00
BVIA - BV Inv. Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	100,00	100,00
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	100,00	100,00
BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. (a)	100,00	-
BV Financeira FIDC V - Não padronizado (d)	100,00	52,09
BVIA Fundo Invest. Participações	100,00	100,00
Controladas no País (participação indireta)		
Fundo Invest. Nióbio I Renda fixa (b)	-	100,00
BV Financeira FIDC I (d)	58,71	48,65
BV Financeira FIDC II (d)	22,16	14,63
BV Financeira FIDC III	100,00	100,00
BV Financeira FIDC IV	100,00	100,00
BV Financeira FIDC VI (d)	26,73	29,93
BV Empreendimentos e Participações S.A. (c)	100,00	100,00
BV Empreendimentos Imobiliários SPE I (c)	100,00	100,00
BV Empreendimentos Imobiliários SPE II (c)	100,00	100,00
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (c)	100,00	100,00
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (c)	80,00	80,00

	<u>Percentual de participação</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Controladas no exterior (participação direta)		
Votorantim Bank Limited	99,99	100,00
Banco Votorantim Securities Inc.	100,00	100,00
Votorantim Securities (UK) Limited	100,00	100,00

- a) Consolidação decorrente de incorporação da BV Participações ocorrida em 31 de julho de 2013, vide Nota Explicativa nº 1.
- b) Em Outubro de 2013, o Conglomerado incorporou o Fundo Invest. Nióbio I Renda Fixa.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2013, pela obrigatoriedade da aplicação do IFRS 10, o Conglomerado passou a consolidar integralmente as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), que são controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A. Os valores de 2012 foram reapresentados em atendimento ao IFRS 10, conforme Nota Explicativa nº 2n.
- d) Participação representada sobre a totalidade das cotas dos FIDC. O Conglomerado é detentor de 100% das cotas subordinadas. Os saldos referentes aos ativos líquidos de FIDC atribuídos aos cotistas seniors estão representados na Nota Explicativa nº 17c.

f. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Conglomerado possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou em conjunto dessas políticas. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

g. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada investidor utiliza seus próprios ativos com o objetivo de executar a operação em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Conglomerado controla e os passivos incorridos durante o curso das atividades da operação em conjunto, as despesas incorridas pelo Conglomerado e sua participação nas receitas geradas pela operação em conjunto. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

h. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Conglomerado na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

i. Posição patrimonial das controladas

i. Controladas no País (participação direta)

Em 31 de dezembro de 2013

	Vot. CTVM	Vot. DTVM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA	Vot. Corretora de Seguros	BV Sistemas	FIDC V	BVIA FIP
Ativo circulante	348.464	160.621	25.095.942	23.365.714	11	93	238.615	40.358	43.339	596.436
Ativo não circulante	16.054	8.594	30.687.555	6.898.723	-	-	26	25.494	-	-
Total do ativo	<u>364.518</u>	<u>169.215</u>	<u>55.783.497</u>	<u>30.264.437</u>	<u>11</u>	<u>93</u>	<u>238.641</u>	<u>65.852</u>	<u>43.339</u>	<u>596.436</u>
Passivo circulante	99.590	68.661	45.392.490	5.023.336	-	-	172.858	32.205	162	121
Passivo não circulante	8.699	9.860	7.952.064	23.850.174	-	-	22	1.477	-	-
Patrimônio líquido	256.229	90.694	2.438.943	1.390.927	11	93	65.761	32.170	43.177	596.315
Total do passivo	<u>364.518</u>	<u>169.215</u>	<u>55.783.497</u>	<u>30.264.437</u>	<u>11</u>	<u>93</u>	<u>238.641</u>	<u>65.852</u>	<u>43.339</u>	<u>596.436</u>

Em 31 de dezembro de 2012

	Vot. CTVM	Vot. DTVM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA	Vot. Corretora de Seguros	FIDC V	BVIA FIP
Ativo circulante	370.637	67.763	18.141.480	8.581.885	36	112	106.378	664.536	632.415
Ativo não circulante	22.977	77.189	34.410.564	21.450.621	-	-	109.934	-	-
Total do ativo	<u>393.614</u>	<u>144.952</u>	<u>52.552.044</u>	<u>30.032.506</u>	<u>36</u>	<u>112</u>	<u>216.312</u>	<u>664.536</u>	<u>632.415</u>
Passivo circulante	111.978	51.587	47.007.787	1.991.537	-	-	52.941	366	50.104
Passivo não circulante	24.674	327	2.417.569	26.719.228	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	256.962	93.038	3.126.688	1.321.741	36	112	163.371	664.170	582.311
Total do passivo	<u>393.614</u>	<u>144.952</u>	<u>52.552.044</u>	<u>30.032.506</u>	<u>36</u>	<u>112</u>	<u>216.312</u>	<u>664.536</u>	<u>632.415</u>

ii. Controladas no País (participação indireta)

Em 31 de dezembro de 2013

	FIDC I	FIDC II	FIDC III	FIDC IV	FIDC VI	BV Emp. e Part.	SPE I	SPE II	Senador Dantas SPE	IRE República
Ativo circulante	251.194	328.687	36.723	26.236	1.753.972	147.050	1	1	87.958	38
Ativo não circulante	2.787	-	-	-	622.708	617.640	-	-	-	52.562
Total do ativo	<u>253.981</u>	<u>328.687</u>	<u>36.723</u>	<u>26.236</u>	<u>2.376.680</u>	<u>764.690</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>87.958</u>	<u>52.600</u>
Passivo circulante	987	7.158	184	25.477	951	115.505	-	-	42.171	1
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	252.994	321.529	36.539	759	2.375.729	649.185	1	1	45.787	52.599
Total do passivo	<u>253.981</u>	<u>328.687</u>	<u>36.723</u>	<u>26.236</u>	<u>2.376.680</u>	<u>764.690</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>87.958</u>	<u>52.600</u>

Em 31 de dezembro de 2012

	FIDC I	FIDC II	FIDC III	FIDC IV	FIDC VI	FI Nióbio I	BV Emp. e Part.	SPE I	SPE II	Senador Dantas SPE	IRE República
Ativo circulante	269.400	894.840	105.670	439.028	3.048.118	1.788.153	196.294	1	1	83.804	148
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	348.603	-	-	348	52.531
Total do ativo	269.400	894.840	105.670	439.028	3.048.118	1.788.153	544.897	1	1	84.152	52.679
Passivo circulante	1.012	586	163	420	1.094	680	51.756	-	-	13.996	99
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.837	-
Patrimônio líquido	268.388	894.254	105.507	438.608	3.047.024	1.787.473	493.141	1	1	41.319	52.580
Total do passivo	269.400	894.840	105.670	439.028	3.048.118	1.788.153	544.897	1	1	84.152	52.679

iii. Controladas no exterior (participação direta)

	2013			2012		
	VBL	BV Securities	BV Securities UK	VBL	BV Securities	BV Securities UK
Ativo circulante	63.992	19.344	14.786	46.005	16.098	12.819
Ativo não circulante	1.357	378	32	1.550	426	-
Total do ativo	65.349	19.722	14.818	47.555	16.524	12.819
Passivo circulante	20.925	206	23	7.191	535	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	44.424	19.516	14.795	40.364	15.989	12.819
Total do passivo	65.349	19.722	14.818	47.555	16.524	12.819

j. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Na data-base, os ativos e passivos da subsidiária e da agência localizadas no exterior são convertidos para a moeda de apresentação adotada pela Companhia, pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

k. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Normas e interpretações que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Alterações do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* - Em dezembro de 2012 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os impactos decorrentes da adoção dessas alterações nas divulgações estão incluídos na Nota Explicativa nº 39d (xi).

IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements* - O pronunciamento altera o princípio anterior, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão refletidos nos saldos patrimoniais desta demonstração contábil e demonstrados nas Notas Explicativas nº 2i e 12.

IFRS 11 - *Joint Arrangements* - O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de *Joint Arrangements* com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os *Joint Arrangements* em duas formas: *Joint Operations* e *Joint Ventures*, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em *Joint Ventures*, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Essas alterações não produziram efeito nas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - *Disclosures of Interests in Other Entities* - O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como *Joint Arrangements*, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão refletidos nos saldos patrimoniais desta demonstração contábil e demonstrados nas Notas Explicativas nº 2i e 12.

Alteração do IAS 12 - *Income taxes* - Em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Os impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão incluídos nas notas explicativas. Essas alterações não produziram efeito nas demonstrações financeiras.

IFRS 13 - *Fair Value Measurement* - O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão refletidos nos saldos patrimoniais desta demonstração contábil e as divulgações requeridas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 39 i.

Alteração do IAS 19 - *Employee Benefits* - Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do corredor e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Essas alterações não produziram efeito nas demonstrações financeiras.

Annual Improvements cycle (2009-2011) - Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 - First-time adoption of IFRS, IAS 1 - Presentation of Financial Statements, IAS 16 - Property, Plant and Equipment, IAS 32 - Financial Instruments: Presentation e IAS 34 - Interim Financial Reporting. As alterações não são efetivas antes de 1º de janeiro de 2013. Essas alterações não produziram efeito nas demonstrações financeiras.

m. Normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alteração do IAS 32 - *Financial Instruments: Presentation* - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

IFRS 9 - *Financial Instruments* - O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Conglomerado. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.

n. Mudanças de políticas e práticas contábeis

a) Para melhor apresentação dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2012 e melhor atendimento às IFRS, algumas contas contábeis foram remanejadas no processo de aglutinação, sendo transferidas de “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado” para “Receitas de juros”. Os valores reclassificados são representados por rendimentos contratuais dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo.

b) Em atendimento ao IAS 8.19 e ao IFRS 10, os saldos de 31 de dezembro de 2012 do Banco foram rerepresentados, consolidando os saldos patrimoniais da empresa BV Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas, para melhor apresentação e divulgação conforme Nota Explicativa nº 12.

	2012			Divulgação atual
	Divulgação anterior	(a)	(b)	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.460.855	-	(234.982)	12.225.873
Investimentos	-	-	234.982	234.982
Receitas de juros	14.467.119	2.822.850	-	17.289.969
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.988.188	(2.822.850)	9.013	1.174.351
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(9.013)	(9.013)

o. Autorização das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2014.

3 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com vencimento até 90 dias.

b. Instrumentos financeiros com compromisso de recompra/revenda

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Conglomerado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Conglomerado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

Inversamente, para os títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica, o montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial como ativos financeiros com acordo de revenda, refletindo assim a substância econômica da transação. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita de juros' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos financeiros

De acordo com o IAS39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - designados a valor justo;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - derivativos;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao custo amortizado;

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O Banco Votorantim S.A através de sua administração classifica em suas demonstrações financeiras consolidadas os instrumentos financeiros em categorias que refletiam da maneira mais adequada a natureza e as características de tais instrumentos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e/ou revertidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco Votorantim S.A transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão (IAS39). Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Banco Votorantim S.A reavaliará o seu controle e determinará se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impedirá de efetuar a tal reversão. Os passivos financeiros são revertidos quando da sua liquidação ou extinção.

- i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação** - São os ativos adquiridos e incorridos principalmente com a intenção de serem negociados no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de *hedge* contábil. O Banco Votorantim S.A optou por divulgar os derivativos em linha segregada do Balanço Patrimonial consolidado (Item (iii)).

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados para valor justo por meio do resultado se a Administração gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Conglomerado. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada têm seu custo amortizado calculado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. A remuneração calculada pelo custo amortizado dos ativos financeiros reconhecidos inicialmente é apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros.

A remuneração dos ativos financeiros mantidos para negociação é considerada incidente às operações de negociação do Banco Votorantim S.A e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos mantidos para negociação na rubrica Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como Resultado de ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio do resultado.

- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo** - São os ativos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina

inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

- iii. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

- iv. Ativos financeiros disponíveis para venda** - Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. As mudanças do seu valor justo, que não sejam perdas por redução no valor recuperável, são reconhecidas, líquidos dos efeitos tributários dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

- v. Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Caso o Conglomerado tenha intenção e a capacidade de manter ativos financeiros até o vencimento, tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- vi. Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os rendimentos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como receita de juros. Os empréstimos e recebíveis que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

d. Baixa de instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver expirado; ou

- O Conglomerado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
- O Conglomerado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- O Conglomerado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Os empréstimos e recebíveis que atingem 360 dias de atraso são baixados contra a provisão para perdas na redução ao valor recuperável, exceto quando existir alguma expectativa de recuperação.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro baseado em contrato é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os passivos financeiros não sofreram substituições significativas.

e. Hedge accounting

O Conglomerado mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiro para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Para os itens objeto que deixaram de compor o programa de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

f. Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado.

Para ativos e passivos financeiros sem mercado ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas são estabelecidas com observância de critérios consistentes e verificáveis e podem incluir:

- A comparação com operações recentes contratadas com terceiros;
- A referência a outros instrumentos que são substancialmente similares;
- A análise de fluxos de caixa descontados; e
- Modelos de precificação convencionais e consagrados.

As principais informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

g. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado periodicamente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A mensuração do valor recuperável se aplica aos seguintes ativos financeiros presentes no Balanço Patrimonial, sejam eles atribuídos ao segmento Atacado ou ao segmento Varejo:

- Ativos financeiros com acordo de revenda;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e,
- Empréstimos e recebíveis.

Além dos ativos mencionados acima, são considerados todos os itens fora do balanço que apresentam riscos de crédito para a entidade como, por exemplo, avais e fianças prestadas.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração de perda no seu valor recuperável consideram as fases do ciclo de vida do ativo financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de imparidade, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Conglomerado não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo, da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de perda no seu valor recuperável indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Conglomerado, os seguintes fatos são considerados pela instituição como evidência objetiva de perda no seu valor recuperável:

- O não pagamento;
- Atraso no pagamento,
- Uma reestruturação do valor devido sobre condições de que o Conglomerado não consideraria em outras transações;
- Indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência;
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título.

O Conglomerado, primeiramente, avalia se existe evidência objetiva de perda no seu valor recuperável para ativos individualmente significativos ou coletivamente para ativos massificados.

Para este fim, a área de Risco de Crédito do Conglomerado considera como ativos individualmente significativos aqueles ativos cujo valor nominal é igual ou superior ao valor de referência individualmente significativo (valor correspondente à aplicação de um percentual sobre o Patrimônio de Referência). Estas operações sofrem avaliação periódica (contrato a contrato) no que diz respeito à capacidade de pagamento do tomador ou do grupo econômico do tomador, qualidade das garantias oferecidas e atendimento de todas as condições negociadas contratualmente.

Aquelas operações que não se enquadrarem no patamar definido como ativos individualmente significativos, serão classificadas como operações massificadas e serão avaliadas pela área de Risco de Crédito de forma conjunta.

Caso um ativo individualmente significativo apresente uma ou mais evidências objetivas de perda, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente estimado dos fluxos de caixa.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado pelo menos trimestralmente, e mais regularmente quando as circunstâncias assim o exigem. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma massificada, o Conglomerado utiliza sistema interno de avaliação que considera tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração.

A carteira de operações massificadas é dividida de maneira a identificar grupos com níveis homogêneos nos parâmetros observados de probabilidade de inadimplência e de perdas atribuídas à inadimplência e estabilidade em tais parâmetros em um determinado período

histórico. Cada um desses grupos demonstra níveis distintos desses parâmetros. A formação de grupos homogêneos é direcionada por critérios como produto, modalidade e prazo.

Nestes casos, a mensuração da provisão para perdas é efetuada com base em métodos estatísticos que levam em consideração a perda, dado o descumprimento (calculada com base nos dados históricos de perdas para os casos em que as evidências de perda foram identificadas).

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No surgimento de evidência objetiva de perda no seu valor recuperável para a carteira de garantias prestadas, o Conglomerado reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Conglomerado e classificadas como prováveis, possíveis ou remotas. Para cada uma destas classificações, um tratamento contábil específico é aplicado.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro, medido pelo custo amortizado, calculada com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados é reconhecida no resultado e apresentada na demonstração de resultado como resultado de perdas por redução ao valor recuperável, em contrapartida em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Quando possível, o Conglomerado procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

h. Cessão de ativos financeiros

Ao aplicar as práticas contábeis aos ativos financeiros cedidos, o Conglomerado considerou o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para outra entidade:

- Quando o Conglomerado transferiu ativos financeiros para outra entidade, mas não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no balanço do Conglomerado.
- Quando o Conglomerado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade que não seja controlada, os ativos são baixados do balanço do Conglomerado.
- Quando o Conglomerado não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados a ativos financeiros transferidos, e retém o controle dos ativos transferidos, o Conglomerado continua a reconhecer o ativo transferido na extensão da sua continuidade no envolvimento do ativo financeiro transferido.

No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros ou para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, porém os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Desta forma, o Conglomerado permanece a reconhecer estas operações no seu balanço e um passivo associado.

i. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos e grupos de ativos não correntes mantidos para venda são classificados como destinados à venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de venda em vez do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada uma venda concluída dentro de um ano da data de classificação. O valor contábil destes itens é registrado inicialmente no balanço pelo menor valor entre; (a) valor justo dos bens menos os custos estimados para sua venda; (b) o valor contábil do empréstimo.

A alienação destes bens é feita nas condições que os bens se encontram mediante realização de leilões oficiais periódicos, podendo o bem ser mantido na condição de não correntes pelo período de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação, com anuência do órgão regulador (Banco Central do Brasil).

j. Ativos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Não existe ativo contingente reconhecido nessas demonstrações financeiras.

k. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistema de comunicação, segurança e transporte - 10%;
- Sistemas de processamento de dados e bens arrendados - 20%;
- Benfeitorias em propriedade de terceiros - prazo do contrato de aluguel.

O software comprado como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

l. Ativos intangíveis

Atividades de desenvolvimento envolvem um projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Conglomerado tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo.

Os ativos intangíveis incluem os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos seguintes prazos:

- Licenças e software - Prazo do contrato de uso;
- Fundo de comércio - Prazo do contrato de aluguel;
- Acordo de direito de comercialização - Prazo do acordo;
- Projetos corporativos - Prazo em que os benefícios econômicos futuros estão previstos.

Os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

m. Impostos e contribuições sobre a renda

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social foi apurada com base na alíquota de 15% para as instituições financeiras e 9% para as instituições não financeiras, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que sejam reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o passivo tributário corrente esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Os ativos tributários diferidos são constituídos de acordo com estudo de capacidade de realização, preparado pela Administração.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira.

Ativos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado mensalmente e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos são compensados quando há um direito legalmente aplicável e a intenção de

liquidar pelo valor líquido, estabelecendo de forma confiável se o imposto diferido passivo resultará em pagamentos maiores de imposto no mesmo período em que um imposto diferido ativo resultará em pagamentos menores.

n. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esta categoria de passivos em conformidade com as normas de contabilidade internacional (IAS39) pode ser dividida em duas categorias distintas:

- i. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - designados a valor justo -** O Conglomerado não possuía nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado - designados a valor justo em sua carteira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.
- ii. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação -** Os passivos financeiros a valor justo por meio resultado - mantidos para negociação reconhecidos pelo Conglomerado correspondem a operações compromissadas, empréstimos de ações, títulos emitidos, passivos subordinados, empréstimos e repasses e instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de *hedge* - e aos passivos financeiros designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

o. Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

i. Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Passivos financeiros associados a ativos transferidos são compostos:

- Pelas obrigações contratuais firmadas junto aos cessionários, adquirentes de carteiras de empréstimos e recebíveis com cláusula de coobrigação ou retenção significativa de risco de crédito; e
- Posição patrimonial dos cotistas participantes dos fundos de investimento em direitos creditórios, consolidados nessas demonstrações financeiras, conforme notas explicativas n°s 2e e 2i.

Os passivos financeiros junto aos cessionários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros

efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

ii. Depósitos de instituições financeiras e de clientes

Depósitos de instituições financeiras e de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses depósitos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

iii. Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados

Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

Os empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

p. Provisões

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

q. Obrigações legais

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, reconhecidas com base na avaliação de risco da Administração.

r. Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária.

Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas.

s. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem custos diretamente atribuíveis à emissão de ações.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

t. Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações.

Reserva de lucro - Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido obtido com base da contabilidade societária do período, até atingir o limite de 20% do capital social obtido da mesma base societária. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de lucro - Reserva de expansão

No encerramento do exercício, a Administração propõe a destinação do lucro/prejuízo não distribuído para Reserva para Expansão, constituída após as destinações. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral.

Dividendos de ações ordinárias e preferenciais

Dividendos de ações ordinárias e preferenciais são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Conglomerado.

Dividendos do ano que foram aprovados após a data do balanço são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

u. Receitas e despesas de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros são registrados utilizando a taxa de juros efetiva. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de

crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado quando o Conglomerado revisa suas estimativas de pagamento e recebimento.

v. Receitas e despesas de serviços e comissões

O Conglomerado auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente não será usado, a receita é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

w. Receita de dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de ativos financeiros contabilizados ao valor justo por meio do resultado ou em Outras receitas operacionais, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

x. Segmentos operacionais

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que em certos casos é mensurado de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas e estão segregadas entre os segmentos: atacado e varejo.

As receitas de juros são reportadas líquidas, uma vez que a gerência primeiramente depende da receita de juros líquida como uma medida de desempenho, e não de receita bruta e despesas. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

y. Administração de fundos de investimentos

O Conglomerado gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, exceto aquelas dos fundos controlados pelo Conglomerado. Informações sobre a administração de fundos pelo Conglomerado estão dispostas na Nota Explicativa nº 2i.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Disponibilidades	207.095	155.670
Caixa	527	427
Depósitos bancários	135.404	107.738
Reservas Livres	9.004	-
Disponibilidades em moedas estrangeiras	62.160	47.505
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.842.866	1.022.431
Oper. comprom. - Posição bancada	3.827.684	462.765
Aplic. em depósitos interfinanceiros	874.909	125.901
Aplicações em moedas estrangeiras	140.273	433.765
Total	<u>5.049.961</u>	<u>1.178.101</u>

5 Ativos Financeiros com acordo de revenda

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Valor de Mercado (contábil)</u>	<u>Valor Justo da Garantia</u>	<u>Valor de Mercado (contábil)</u>	<u>Valor Justo da Garantia</u>
Oper. comprom. - Posição bancada	342.135	357.521	2.507.727	2.457.036
Letras do Tesouro Nacional	31.796	31.501	777.367	783.360
Notas do Tesouro Nacional	240.183	229.891	1.701.189	1.644.086
Outros	70.156	96.129	29.171	29.590
Oper. comprom. - Posição financiada	5.199.498	5.264.880	10.922.486	10.988.051
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	541.791	543.938
Letras do Tesouro Nacional	4.111.199	4.125.202	8.544.636	8.621.303
Notas do Tesouro Nacional	1.088.299	1.139.678	1.836.059	1.822.810
Oper. comprom. - Posição vendida	307.278	301.731	484.660	482.061
Letras do Tesouro Nacional	91.200	90.630	231.130	236.438
Notas do Tesouro Nacional	216.078	211.101	253.530	245.623
Total	<u>5.848.911</u>	<u>5.924.132</u>	<u>13.914.873</u>	<u>13.927.148</u>

6 Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2013			2012		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País	5.477.804	5.506.396	28.592	10.958.711	11.122.821	164.110
Letras Financeiras do Tesouro	596.414	610.468	14.054	1.330.269	1.329.921	(348)
Letras do Tesouro Nacional	2.395.613	2.396.085	472	3.069.239	3.068.593	(646)
Notas do Tesouro Nacional	1.132.297	1.118.049	(14.248)	3.424.658	3.442.800	18.142
Certif. de Receb. Imobiliários	24.778	24.771	(7)	301	301	-
Debêntures	175.785	208.748	32.963	315.554	363.533	47.979
Títulos da Dívida Agrária	22.581	23.030	449	29.848	31.821	1.973
Cêdulas de Produto Rural	188.841	182.975	(5.866)	353.617	359.941	6.324
Cotas de Fundos de Invest.	862.106	862.106	-	-	-	-
Cotas de FIDC	-	-	-	2.152.752	2.152.752	-
Cotas de FIP	51.770	51.770	-	-	-	-
Ações de Cias. Abertas	27.619	28.394	775	32.920	29.333	(3.587)
Ações de Cias. Fechadas	-	-	-	249.553	343.826	94.273
No exterior	340.289	336.474	(3.815)	1.101.404	1.103.052	1.648
Governos estrangeiros	46.850	46.850	-	614.666	614.669	3
Tesouro nacional	35.601	34.263	(1.338)	311.612	310.704	(908)
Outros títulos	257.838	255.361	(2.477)	175.126	177.679	2.553
Total	5.818.093	5.842.870	24.777	12.060.115	12.225.873	165.758

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2013			2012		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País	<u>20.020.829</u>	<u>19.491.617</u>	<u>(529.212)</u>	<u>21.799.480</u>	<u>22.177.802</u>	<u>378.322</u>
Letras Financeiras	88.104	88.104	-	73.012	73.012	-
Letras do Tesouro Nacional	11.154.501	10.905.390	(249.111)	11.905.662	12.062.472	156.810
Notas do Tesouro Nacional	2.836.732	2.714.378	(122.354)	4.685.729	4.947.329	261.600
Certif. de Receb. Imobiliários	39.499	40.244	745	41.894	43.161	1.267
Debêntures	2.706.571	2.664.310	(42.261)	2.152.753	2.152.845	92
Cédulas de Produto Rural	792.896	785.185	(7.711)	348.086	348.294	208
Certif. de Receb. Agronegócio	194.865	196.663	1.798	59.265	59.928	663
Notas Promissórias	306.410	306.410	-	430.981	430.987	6
Cotas de Fundos de Invest.	10.885	10.885	-	419.920	419.920	-
Cotas de FIDC	4.862	4.862	-	37.580	37.580	-
Cotas de FIP	470.972	470.972	-	-	-	-
Ações de Cias. Abertas (a)	156.632	64.700	(91.932)	69.521	54.514	(15.007)
Ações de Cias. Fechadas	1.137.579	1.160.170	22.591	1.463.794	1.480.681	16.887
Outras ações e cotas	6	6	-	6	6	-
Invest. por incentivos fiscais	120.139	79.162	(40.977)	111.101	66.897	(44.204)
Títulos patrimoniais	176	176	-	176	176	-
No exterior	<u>560.791</u>	<u>535.570</u>	<u>(25.221)</u>	<u>721.866</u>	<u>750.609</u>	<u>28.743</u>
Outros títulos	<u>560.791</u>	<u>535.570</u>	<u>(25.221)</u>	<u>721.866</u>	<u>750.609</u>	<u>28.743</u>
Total	<u>20.581.620</u>	<u>20.027.187</u>	<u>(554.433)</u>	<u>22.521.346</u>	<u>22.928.411</u>	<u>407.065</u>

- a) Em 31 de dezembro de 2013 os montantes de ganho/perda não realizado das ações de Cias. Abertas contemplam provisão para perdas ao valor recuperável no montante de R\$63.690, que foram reclassificadas do Patrimônio líquido em contrapartida da rubrica "Resultado de perdas por redução ao valor recuperável".

c. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2013		
	Valor de custo (contábil)	Valor justo	Ganho/ (perda) não realizado
No País	<u>5.181.200</u>	<u>5.174.440</u>	<u>(6.760)</u>
Letras Financeiras do Tesouro	3.801.595	3.801.595	-
Notas do Tesouro Nacional	1.379.605	1.372.845	(6.760)
Total	<u>5.181.200</u>	<u>5.174.440</u>	<u>(6.760)</u>

Em 31 de dezembro de 2013 ocorreu a reclassificação de Títulos Públicos Federais, no montante de R\$ 3.801.595 de Letras do Tesouro Nacional e R\$ 397.917 de Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento” em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. Os ativos financeiros foram transferidos de categoria contábil pelo seu valor justo na data da transferência. Uma vez reclassificados, os títulos passam a ser mensurados ao custo amortizado, não gerando impacto no resultado na data de transferência. O Conglomerado declara que têm intenção e capacidade financeira de mantê-las até o vencimento. Adicionalmente, os ativos em referência podem ser utilizados como lastros em operações compromissadas. Em 31 de dezembro de 2012 não havia saldo contábil nesta categoria.

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição em contas patrimoniais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo		
Diferencial a receber de <i>swap</i>	847.131	1.576.205
Contratos de termo de moeda	39.493	41.095
Compra de opções de compra - Ações	2.234	4.838
Compra de opções de venda - Ações	12.182	11.779
Compra de opções de compra - Ativo fin./merc.	101.177	65.247
Compra de opções de venda - Ativo fin./merc.	4.964	38.783
Derivativos de crédito	1.934	13.966
<i>Non Deliverable Forward</i>	218.075	133.785
Outros	86.012	93.853
Total	<u>1.313.202</u>	<u>1.979.551</u>
Passivo		
Diferencial a pagar de <i>swap</i>	919.411	1.355.585
Contratos de termo de moeda	39.730	41.740
Venda de opções de compra - Ações	307	13.713
Venda de opções de venda - Ações	5.455	9.502
Venda de opções de compra - Ativo fin./merc.	185.808	126.695
Venda de opções de venda - Ativo fin./merc.	8.039	42.654
Derivativos de crédito	5.808	8.606
<i>Non Deliverable Forward</i>	54.081	62.364
Outros	71.966	74.391
Total	<u>1.290.605</u>	<u>1.735.250</u>

b. Composição dos contratos de swap por indexador

	2013			2012		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa	23.480.031	26.707.130	26.253.261	28.068.124	30.877.905	32.567.980
DI	12.071.630	13.501.217	13.181.489	11.786.096	12.578.768	13.484.336
Dolar	2.411.323	2.834.773	2.859.744	4.348.667	5.148.742	5.378.628
Euro	29.820	37.765	37.979	480.933	557.716	563.780
IGPM	513.150	800.671	817.499	789.103	1.121.666	1.224.316
IPCA	3.750	3.751	4.314	5.063.530	5.539.828	5.917.304
INCC	2.098.578	2.188.886	2.178.850	-	-	-
Prefixado	431.105	483.540	489.891	3.439.669	3.591.899	3.645.752
<i>Libor</i>	5.888.945	6.824.583	6.650.607	1.398.882	1.458.013	1.462.938
Franco Suíço	-	-	-	441.047	561.143	573.403
<i>Commodities</i>	5.054	5.179	5.000	13.672	13.605	13.603
TJLP	26.676	26.765	27.888	-	-	-
Outros	-	-	-	306.525	306.525	303.920
Posição passiva	23.480.031	26.791.667	26.325.541	28.068.124	30.297.209	32.347.360
DI	9.973.638	11.106.919	11.171.528	9.604.131	10.404.028	10.443.641
Dolar	3.201.338	3.544.609	2.693.419	2.614.193	2.938.682	3.009.129
Euro	10.829	11.664	11.655	53.648	53.238	53.095
IGPM	332.000	603.388	622.154	533.300	852.668	929.154
IPCA	5.463.437	7.138.929	7.050.905	6.745.472	8.103.821	8.730.500
Prefixado	2.968.078	2.746.460	3.232.143	7.359.833	6.768.893	7.988.471
TR	653.735	677.301	599.319	-	-	-
<i>Libor</i>	866.838	944.747	926.495	617.466	610.782	625.654
TJLP	7.865	15.381	15.644	514.392	530.698	532.382
<i>Commodities</i>	2.273	2.269	2.279	13.786	13.672	13.536
Outros	-	-	-	11.903	20.727	21.798
Diferencial líquido	-	(84.537)	(72.280)	-	580.696	220.620

c. Composição dos contratos de termo por indexador

	2013			2012		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa						
Termo de moeda	13.232	38.931	39.493	12.011	40.894	41.095
Total	13.232	38.931	39.493	12.011	40.894	41.095
Posição passiva						
Termo de moeda	25.699	38.931	39.730	28.883	40.894	41.740
Total	25.699	38.931	39.730	28.883	40.894	41.740

d. Composição dos contratos de opções por indexador

	2013		2012	
	Valor contratado	Valor justo (contábil)	Valor contratado	Valor justo (contábil)
Posição comprada				
Dólar	4.263.075	59.151	7.901.119	37.600
Índice	3.928.000	-	14.674.731	49.520
Ações	611.200	14.416	826.500	16.617
<i>Commodities</i>	-	-	486	7
Flexíveis	672.554	44.004	446.646	16.903
Outros	53.000	2.986	-	-
Total	9.527.829	120.557	23.849.482	120.647
Posição vendida				
Dólar	4.680.675	67.486	10.027.200	60.307
Índice	3.925.500	-	14.643.331	16.562
Ações	305.402	5.762	1.026.600	23.215
<i>Commodities</i>	-	-	1.105	52
Flexíveis	1.375.707	126.361	1.091.763	92.428
Total	10.287.284	199.609	26.789.999	192.564

e. Composição dos contratos de futuros por indexador

	2013	2012
Compromisso de compra	18.007.846	27.063.268
DDI	11.079.221	14.169.766
Dólar	1.641.967	2.225.922
Euro	26.181	-
DI	5.155.013	10.167.834
<i>Commodities</i>	9.519	29.864
Índice	95.945	258.056
SCC	-	204.194
Cupom Cambial	-	7.632
Compromisso de venda	53.937.189	75.899.787
DDI	9.526.685	13.745.585
Euro	-	509
Dólar	1.600.801	3.313.492
DI	38.878.463	58.236.640
<i>Commodities</i>	13.673	42.679
<i>T-Note</i>	-	344.484
Índice	-	12.513
SCC	-	203.460
Cupom Cambial	3.917.567	425
Diferencial líquido	(35.929.343)	(48.836.519)

f. Composição dos contratos de NDF por indexador

	2013		2012	
	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>
Ativo				
Dólar	3.378.229	172.975	2.189.894	74.950
Euro	11.169	1.071	4.556	169
Reais	-	-	382.289	58.556
Outros	81.853	44.029	935	110
Total	<u>3.471.251</u>	<u>218.075</u>	<u>2.577.674</u>	<u>133.785</u>
Passivo				
Dólar	1.750.603	44.255	3.177.828	58.823
Euro	50.399	8.485	38.421	1.319
Reais	-	-	276.745	2.222
Outros	181.126	1.341	-	-
Total	<u>1.982.128</u>	<u>54.081</u>	<u>3.492.994</u>	<u>62.364</u>
Diferencial líquido	<u>1.489.123</u>	<u>163.994</u>	<u>(915.320)</u>	<u>71.421</u>

g. Derivativos de crédito

	2013		2012	
	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor de mercado</u>
Risco recebido				
Swaps de crédito	413.867	(1.688)	2.963.075	10.704
Total	<u>413.867</u>	<u>(1.688)</u>	<u>2.963.075</u>	<u>10.704</u>
Risco transferido				
Swaps de crédito	503.659	2.186	872.596	5.344
Total	<u>503.659</u>	<u>2.186</u>	<u>872.596</u>	<u>5.344</u>

h. Derivativos de crédito por indexador

	2013			2012		
	<u>Valor original</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor original</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
Posição ativa						
Pré-fixado	413.867	2.059	1.934	3.187.860	7.128	13.966
Total	<u>413.867</u>	<u>2.059</u>	<u>1.934</u>	<u>3.187.860</u>	<u>7.128</u>	<u>13.966</u>
Posição passiva						
Pré-fixado	503.659	676	5.808	647.810	(95)	8.606
Total	<u>503.659</u>	<u>676</u>	<u>5.808</u>	<u>647.810</u>	<u>(95)</u>	<u>8.606</u>
Diferencial líquido	<u>(89.792)</u>	<u>1.383</u>	<u>(3.874)</u>	<u>2.540.050</u>	<u>7.223</u>	<u>5.360</u>

i. Hedge Account - Posição patrimonial

Objetos de Hedge accounting

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros	42.098.798	45.781.400
Ativos financeiros com acordo de revenda	1.003.200	4.078.677
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	278.798	268.514
Empréstimos e recebíveis	40.816.800	41.434.209
Passivos financeiros	6.754.785	10.272.259
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.754.785	9.730.564
Instrumentos financeiros derivativos	-	541.695
Total	<u>35.344.013</u>	<u>35.509.141</u>

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge accounting

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros	7.463.615	10.438.107
Futuro DDI	7.190.322	9.588.462
Swap IGPM - DI (IGPM)	273.293	276.242
Swap CHF - DOL (CHF)	-	573.403
Passivos financeiros	34.665.558	50.436.992
Futuro DDI	31.642.317	47.477.052
Futuro DDI	2.563.018	2.959.940
Futuro Libor	460.223	-
Total	<u>(27.201.943)</u>	<u>(39.998.885)</u>

j. Hedge Accounting - Resultado

Objetos de Hedge de Valor Justo

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>
Ativos financeiros	2.954.974	(2.108.140)	2.677.110	(2.922.998)
Passivos financeiros	902.030	(932.376)	1.147.529	(440.157)
Total	<u>3.857.004</u>	<u>(3.040.516)</u>	<u>3.824.639</u>	<u>(3.363.155)</u>

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge de Valor Justo

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>
Ativos financeiros	913.562	(898.306)	447.094	(1.156.581)
Passivos financeiros	2.094.600	(2.989.720)	2.912.659	(2.712.013)
Total	<u>3.008.162</u>	<u>(3.888.026)</u>	<u>3.359.753</u>	<u>(3.868.594)</u>

8 Empréstimos e recebíveis

a. Composição das operações

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos à depositantes	80	384
Empréstimos	15.348.336	19.002.106
Títulos descontados	51.990	85.025
Financiamentos	37.185.020	41.780.315
Financiamentos à exportação	3.880.248	3.306.622
Financiamentos em moeda estrangeira	439.823	629.733
Financiamentos rurais	597.603	342.088
Financiamentos imobiliários	510.921	606.365
Financiamentos de infra-estr. e desenvolvimento	-	30.667
Adiant. sobre contratos de câmbio	891.303	892.338
Operações de arrendamento financeiro *	993.108	1.965.922
Créditos por avais e fianças honrados	612.388	94
Total de operações com característica de concessão de crédito	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (Nota 39d-ix)	(5.276.015)	(5.198.205)
Ajuste ao valor justo (Nota 8b)	(217.772)	1.706.943
Custos associados	760.120	1.065.613
Outros recebíveis	<u>2.087.140</u>	<u>4.026.278</u>
Total de empréstimos e recebíveis	<u>57.864.293</u>	<u>70.242.288</u>

(*) A carteira de operações de arrendamento mercantil segregada pelo seu vencimento, foi apresentada da seguinte forma:

	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	<u>Rendas a apropriar</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	<u>Rendas a apropriar</u>	<u>Valor presente</u>
Até 1 ano	1.181.852	(586.681)	595.171	2.589.369	(923.931)	1.665.438
Entre 1 e 5 anos	685.374	(287.437)	397.937	1.020.054	(719.623)	300.431
Acima de 5 anos	-	-	-	87	(34)	53
Total	<u>1.867.226</u>	<u>(874.118)</u>	<u>993.108</u>	<u>3.609.510</u>	<u>(1.643.588)</u>	<u>1.965.922</u>

b. Composição do ajuste ao valor justo

Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se à valorização das carteiras de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos que são objetos de *hedge* e fazem parte de estruturas de *hedge accounting*, conforme Nota Explicativa nº 7i.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos	(110.409)	38.034
Financiamentos	(324.723)	1.305.115
Financiamentos a exportação	213.988	274.656
Operações de arrendamento mercantil	3.372	89.138
Total	<u>(217.772)</u>	<u>1.706.943</u>

c. Composição de outros recebíveis

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplic. depósitos interfinanceiros	1.128.103	1.828.617
Depósitos no Banco Central	127.774	1.177.120
Repasses interfinanceiros	-	98.733
Relações com correspondentes	760	33.913
Rendas a receber	29.698	81.061
Valores a receber de sociedades ligadas	51	5
Transações de cartão de crédito	545.485	369.402
Liquidações de títulos no exterior	21.056	16.853
Usufruto de ações de cias fechadas	126.621	239.736
Negociação e intermediação de valores	100.761	116.712
Outros	6.831	64.126
Total	<u>2.087.140</u>	<u>4.026.278</u>

9 Ativos tributários correntes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos de renda a compensar	162.695	577.531
Contribuição social a compensar	38.092	243.027
PIS a compensar	9.067	6.984
COFINS a compensar	45.742	42.028
Outros ativos	371	1.626
Compensação de ativos tributários correntes	-	(204.555)
Total	<u>255.967</u>	<u>666.641</u>

10 Ativos tributários diferidos

a. Composição dos ativos tributários diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo fiscal de IR	697.839	745.578
Base negativa de CS	37.201	3.914
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	388.436	96.188
Ajuste ao valor justo de derivativos	7.845	363.215
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	141.161	-
Participações no lucro	143.935	77.347
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	3.940.274	3.312.873
Provisões	438.534	322.665
Obrigações legais	672.294	691.429
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	-	(217.155)
Resultado de dependências no exterior	121.287	138.433
Outros	101.989	119.642
Compensação de ativos fiscais diferidos	-	(724.771)
Total	<u>6.690.795</u>	<u>4.929.358</u>

b. Movimentação dos ativos tributários diferidos no período

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	4.929.358	2.523.364
Prejuízo fiscal de IR	(47.740)	(110.930)
Base negativa de CS	33.287	(33.760)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	292.248	76.585
Ajuste ao valor justo de derivativos	(355.372)	257.481
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	141.161	-
Participações no lucro	66.588	77.347
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	627.401	1.966.842
Provisões	115.869	188.146
Obrigações legais	(19.135)	468.426
Resultado de dependências no exterior	(17.146)	-
Insuficiência de depreciação	217.155	(217.155)
Outros	(17.651)	81.100
Compensação de ativos fiscais diferidos	724.772	(348.088)
Saldo final	<u>6.690.795</u>	<u>4.929.358</u>

c. Expectativa de realização dos ativos tributários diferidos

	Valor contábil
Em 2014	1.273.385
Em 2015	1.982.522
Em 2016	1.262.966
Em 2017	777.168
Em 2018	793.637
Acima de 2018	<u>601.117</u>
Total	<u><u>6.690.795</u></u>

11 Ativos não financeiros mantidos para venda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda representados ao custo		
Imóveis	63.852	10.505
Veículos	<u>95.624</u>	<u>142.051</u>
Total	<u><u>159.476</u></u>	<u><u>152.556</u></u>

12 Investimentos

	2013							2012		
	Ativos totais	Passivos totais	Patrimônio líquido	Capital a integralizar	Saldo participação	Ágio	Saldo Investimento (Contábil)	Part. (%)	Saldo Investimento (Contábil)	Part. (%)
Participações em coligadas										
Alfa Emp. Imob. S.A.	76.160	6.538	69.622	-	17.447	23.192	40.639	25,00%	37.916	25,00%
Castelblanco Emp. Imob. S.A.	68.152	9.293	58.859	-	15.751	2.196	17.947	26,76%	26.560	26,76%
Phaser Incorporação SPE S.A.	96.699	-	96.699	-	29.010	2.417	31.427	30,00%	28.004	30,00%
Jaguatirica Emp. Imob. S.A.	35.001	159	34.842	49.439	28.091	133	28.224	33,33%	-	0,00%
Queiroz Galvão Sabia Emp. Imob. S.A.	7.520	911	6.609	-	2.644	-	2.644	40,00%	2.535	40,00%
Tolle Emp. Imob. S.A.	14.164	-	14.164	-	5.666	-	5.666	40,00%	5.255	40,00%
ASM Alicerce 1 Emp. Imob. S.A.	316.424	-	316.424	1.090	127.482	-	127.482	40,15%	-	0,00%
NS Emp. Imob. 10 S.A.	10.000	-	10.000	-	4.000	16.755	20.755	40,00%	20.755	40,00%
Total							<u>274.784</u>		<u>121.861</u>	
Op. controladas em conjunto										
Advento Emp. Imob. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	766	50,00%
Brookfield SPE 23 S.A.	31.397	3.147	28.250	-	14.125	5.238	19.363	50,00%	-	0,00%
Capim Macio Emp. Imob. S.A.	1.443	1.552	(109)	-	(55)	-	(55)	50,00%	1.626	50,00%
Life Tower Emp. Imob. S.A.	284	120	164	-	82	-	82	50,00%	91	50,00%
Diálogo Ibiapava Emp. Imob. S.A.	8.026	-	8.026	-	4.013	468	4.481	50,00%	4.479	50,00%
Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A.	11.965	499	11.466	-	5.733	-	5.733	50,00%	3.447	50,00%
Odebrecht Realizações SP 63 Emp. Imob. S.A.	69.475	-	69.475	-	34.738	28.573	63.311	50,00%	-	0,00%
Ramá SPE Emp. Imob. S.A.	10.818	-	10.818	3.187	7.003	-	7.003	50,00%	7.367	50,00%
Reserva Natural Emp. Imob. S.A.	2.350	-	2.350	-	1.175	14.825	16.000	50,00%	-	-
Salaverry Emp. Imob. S.A.	73.600	29.593	44.007	-	22.004	-	22.004	50,00%	16.501	50,00%
Upcon SPE 4 Emp. Imob. S.A.	420	-	420	-	210	3.265	3.475	50,00%	-	0,00%
Upcon SPE 7 Emp. Imob. S.A.	1.329	-	1.329	-	665	929	1.594	50,00%	-	0,00%
Upcon SPE 12 Emp. Imob. S.A.	79	-	79	-	40	1.112	1.152	50,00%	-	0,00%
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	17.127	3.424	13.703	-	8.222	-	8.222	60,00%	6.736	60,00%
NS Emp. Imob. Noroeste S.A.	53.186	22.333	30.853	-	21.597	5.480	27.077	70,00%	22.108	70,00%
Total							<u>179.442</u>		<u>63.121</u>	
Outros investimentos										
Windsor Inv. Imob. Ltda.	153.855	6.046	147.809	-	9.238	40.762	50.000	6,25%	50.000	6,25%
Outros							14.306		-	
Total							<u>64.306</u>		<u>50.000</u>	
Total							<u>518.532</u>		<u>234.982</u>	

Em 2013, pelo advento do IFRS 10, com efetiva adoção em 1º de janeiro de 2013, o Conglomerado passou a consolidar os saldos patrimoniais da empresa BV Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas.

A BV Empreendimentos e Participações S.A. atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento da distribuição do caixa resultante das vendas dos empreendimentos imobiliários.

Os investimentos controlados em conjunto são realizados junto a acionistas que já atuam no ramo de empreendimentos imobiliários, que utilizam a experiência do ramo de negócio no auxílio das tomadas de decisão em conjunto.

No quadro acima, estão relacionados os investimentos em ações de sociedades de propósito específicos (SPE), que atuam no ramo de empreendimentos imobiliários, os quais a BV Empreendimentos e Participações Ltda. ou, detém o controle compartilhado junto a outros acionistas ou, as empresas são coligadas. As SPEs acima apresentadas, não tiveram seus saldos patrimoniais consolidados.

Os empreendimentos NS Empreend. Imob. Nordeste e Villagio Pompéia Empreend. Imob., apesar de apresentarem participação maior que a metade do patrimônio do empreendimento, não são controladas, pois, conforme os acordos de acionistas, estas entidades possuem controle conjunto na tomada de decisões.

Os investimentos em ações de sociedades de propósito específicos (SPE) geraram em 31 de dezembro de 2013 um lucro com equivalência patrimonial no montante de R\$ 27.061 (prejuízo de R\$ 9.013 em 2012)

13 Outros ativos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Câmbio comprado a liquidar	1.082.329	2.277.885
Direitos sobre vendas de câmbio	191.889	1.500.282
Adtos. em moeda nacional/estrangeira recebidos	(12.469)	(18.412)
Caixa de registro e liquidação	4	-
Devedores conta liquidação pendentes	46.413	79.980
Rendas a receber	3	-
Adiantamentos e antecipações salariais	3.554	2.791
Adiantamentos a fornecedores	3.770	1.486
Depósitos judiciais (Nota 18d)	882.371	625.792
Despesas de processamento de dados	244	-
Outros	53.168	16.448
Total	<u>2.251.276</u>	<u>4.486.252</u>

14 Ativos tangíveis

	2013			2012		
	Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	Custo	Depreciação/ amortização	Líquido
Instalações	54.569	(13.131)	41.438	48.439	(11.527)	36.912
Móveis e equipamentos de uso	61.137	(29.008)	32.129	55.456	(23.775)	31.681
Sistema de comunicação	12.661	(9.011)	3.650	12.062	(8.062)	4.000
Sistema de proces. de dados	85.800	(70.602)	15.198	76.284	(61.238)	15.046
Sistema de segurança	2.393	(1.134)	1.259	2.337	(916)	1.421
Sistema de transporte	948	(860)	88	1.115	(965)	150
Benfeitorias em prop. terceiros	41.768	(17.024)	24.744	43.167	(15.990)	27.177
Total	259.276	(140.770)	118.506	238.860	(122.473)	116.387

	2013	2012
Saldo inicial	116.387	138.928
Aquisições	39.553	15.238
Incorporação (a)	2.781	-
Alienações	(17.286)	(13.336)
Depreciação/amortização	<u>(22.929)</u>	<u>(24.443)</u>
Saldo final	<u>118.506</u>	<u>116.387</u>

a) Referem-se à incorporação da CP Promotora e BV Sistemas em julho de 2013 (Notas Explicativas nº 1 e 2e).

15 Ativos intangíveis

	2013			2012		
	Valor custo	Amortização acumulada	Líquido	Valor custo	Amortização acumulada	Líquido
Software sem substância física	17.396	(1.702)	15.694	4.533	(1.282)	3.251
Licenças	27.297	(14.918)	12.379	24.269	(9.534)	14.735
Fundo de comércio	81	-	81	-	-	-
Acordo direitos comercial.	5.000	(2.665)	2.335	5.000	(1.915)	3.085
STI - AMBID	-	-	-	4.485	(2.242)	2.243
Projetos corporativos	30.099	(7.923)	22.176	29.205	(118)	29.087
Total	79.873	(27.208)	52.665	67.492	(15.091)	52.401

	2013	2012
Saldo inicial	52.401	42.328
Aquisições	20.045	20.219
Incorporação (a)	10.075	-
Alienações	(19.286)	(5.146)
Amortização	<u>(10.570)</u>	<u>(5.000)</u>
Saldo final	<u>52.665</u>	<u>52.401</u>

a) Referem-se à incorporação da CP Promotora e BV Sistemas em julho de 2013 (Notas Explicativas nº 1 e 2e).

	2013			Valor contábil
	Valor custo	Amortização	Ajuste ao valor recuperável	
Ativos com vida útil determinada	70.038	(22.894)	(4.054)	43.090
Ativos com vida útil indeterminada	9.575	-	-	9.575
Saldo final	79.613	(22.894)	(4.054)	52.665

	2012			Valor contábil
	Valor custo	Amortização	Ajuste ao valor recuperável	
Ativos com vida útil determinada	67.492	(12.849)	(2.242)	52.401
Ativos com vida útil indeterminada	-	-	-	-
Saldo final	67.492	(12.849)	(2.242)	52.401

O saldo contábil determinado como ativos com vida útil indefinida são representados pelo valor do *website* Meu Carro Novo.

Expectativa de realização dos ativos intangíveis

	<u>Valor contábil</u>
Em 2014	12.389
Em 2015	12.176
Em 2016	8.259
Em 2017	5.930
A partir de 2017	13.911
Total	52.665

16 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2013			2012		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Oper. Compromissadas - Livre movimentação.	307.278	301.731	5.547	484.661	493.277	(8.616)
Credores por empréstimos de ações	-	22	(22)	-	27	(27)
Títulos no exterior	109.509	109.928	(419)	111.453	114.133	(2.680)
Total	416.787	411.681	5.106	596.114	607.437	(11.323)

17 Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações compromissadas	32.151.592	41.778.318
Pass. financ. ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	18.508.504	16.170.585
Depósitos de instituições financeiras	2.387.635	2.356.810
Depósitos de clientes	5.865.269	12.907.634
Obrigações por empréstimos e repasses	6.652.017	10.235.926
Títulos emitidos	23.957.994	22.706.385
Passivos subordinados	7.358.212	6.991.211
Outros passivos ao custo amortizado	143.598	1.034.208
Total	<u>97.024.821</u>	<u>114.181.077</u>

b. Composição de operações compromissadas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Oper. compromissadas - Carteira própria	<u>31.063.155</u>	<u>34.087.804</u>
Letras Financeiras do Tesouro	37.339	159.652
Letras do Tesouro Nacional	12.528.277	8.630.826
Notas do Tesouro Nacional	2.345.514	4.377.383
Certificado de depósitos bancários	7.697	2.823
Debêntures	21.442	316.761
Títulos de Emissão Própria	16.116.798	19.859.603
Outros títulos no exterior	-	210.471
Outros	6.088	530.285
Oper. compromissadas - Carteira de terceiros	<u>1.088.437</u>	<u>7.690.514</u>
Letras Financeiras do Tesouro	-	492.914
Letras do Tesouro Nacional	-	5.402.562
Notas do Tesouro Nacional	1.088.437	1.795.038
Total	<u>32.151.592</u>	<u>41.778.318</u>

c. Passivos financeiros ao custo amortizado, associados a ativos transferidos

	2013	2012
Passivos financeiros associados a ativos transferidos (Nota 39d-x)	16.514.144	12.296.370
Ativos líquidos de FIDCs atribuíveis aos cotistas seniores	1.966.472	3.725.425
Outros passivos	27.888	148.790
Total	18.508.504	16.170.585

d. Composição de depósitos de instituições financeiras

	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	2.387.635	2.356.810
Total	2.387.635	2.356.810

e. Composição de depósitos de clientes

	2013	2012
Depósitos à vista	268.108	281.492
Depósitos a prazo	5.597.161	12.626.142
Total	5.865.269	12.907.634

f. Composição de obrigações por empréstimos e repasses

	2013	2012
Empréstimos no País		
Com variação cambial (a)	7.627	11.414
Empréstimos no exterior		
Com variação cambial (b)	2.054.776	5.099.219
Repasses no País - Tesouro Nacional		
Pré-fixado (c)	115.965	126.555
Pós-fixado (d)	10.771	32.727
Repasses no País - BNDES		
Pré-fixado (e)	846.505	979.359
Pós-fixado (f)	1.633.818	1.864.653
Com variação cambial (g)	84.760	113.266
Repasses no País - FINAME		
Pré-fixado (h)	1.666.297	1.620.420
Pós-fixado (i)	230.883	388.313
Com variação cambial (j)	615	-
Total	6.652.017	10.235.926

- a) Taxa de atualização em 2013: CDI + 0,40% a.a. + variação cambial.
- b) Taxa de atualização em 2013: de 0,76% a.a. a 8,45% a.a. + variação cambial / 0,17% a.a. a 0,72% a.a. + Libor.
- c) Taxa de atualização em 2013: de 5,50% a.a.
- d) Taxa de atualização em 2013: Selic.
- e) Taxa de atualização em 2013: de 0,80% a.a. a 7,00% a.a.
- f) Taxa de atualização em 2013: de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA / de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP / 2,5% a.a. + Selic.
- g) Taxa de atualização em 2013: de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial.
- h) Taxa de atualização em 2013: 0,30% a.a. a 8,30% a.a.
- i) Taxa de atualização em 2013: de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP.
- j) Taxa de atualização em 2013: de 0,90% a.a. a 1,40% a.a. + variação cambial.

g. Composição de títulos emitidos

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures			
Pós-fixado	(a)	1.504.418	1.496.058
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário			
Pós-fixado	(b)	218.068	132.530
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio			
Pós-fixado	(c)	2.530.499	2.208.220
Pré-fixado	(d)	1.626	5.167
Letras Financeiras			
Pré-fixado	(e)	686.184	180.537
Pós-fixado	(f)	12.254.823	10.786.552
Obrigações por TVM no Exterior			
Pré-fixado	(g)	1.359.348	1.499.300
Pós-fixado	(h)	8.896	-
Com variação cambial	(i)	5.394.132	6.398.021
Total		<u>23.957.994</u>	<u>22.706.385</u>

- a) Taxa de atualização em 2013: de 100,00% a 111,00% do DI
- b) Taxa de atualização em 2013: de 93,50% a 98,00% do DI
- c) Taxa de atualização em 2013: de 90,00% a 98,00% do DI
- d) Taxa de atualização em 2013: de 9,22% a 9,60% a.a.
- e) Taxa de atualização em 2013: de 5,10% a 13,95% a.a.
- f) Taxa de atualização em 2013: de 100,00% a 112,02% do DI / de 108,30% a 109,30% da Selic / de 3,11% a 7,60% a.a. + IPCA / de 3,67% a 5,57% a.a. + IGPM
- g) Taxa de atualização em 2013: de 5,45% a 19,77% a.a.
- h) Taxa de atualização em 2013: de 80,29% a 101,40% do DI
- i) Taxa de atualização em 2013: de 0,25% a.a. a 8,90% a.a. + variação cambial

h. Composição de passivos subordinados

	2013	2012
Letras financeiras subordinadas		
Pós-fixado (a)	2.252.873	2.136.530
Certificado de depósito bancário		
Pós-fixado (b)	2.142.980	2.162.572
Nota subordinada		
Com variação cambial (c)	2.962.359	2.692.109
Total	7.358.212	6.991.211
a) Taxa de atualização em 2013: de 1,30% a.a. a 1,94% a.a. + CDI ou de 115,00% a 119,00% do DI de 6,71% a.a. a 7,70% a.a. + IGPM de 7,00% a.a. a 8,10% a.a. + IPCA		
b) Taxa de atualização em 2013: de 1,64% a.a. a 1,67% a.a. + CDI de 7,86% a.a. a 8,00% a.a. + IPCA		
c) Taxa de atualização em 2013: 7,38% a.a. + variação cambial		

i. Composição de outros passivos ao custo amortizado

	2013	2012
Box de opções		
Estratégia de renda fixa	143.598	1.034.208
Total	143.598	1.034.208

18 Provisões

a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	2013	2012
Contingências fiscais (a)	569.130	472.479
Contingências cíveis (b)	327.696	274.758
Contingências trabalhistas (c)	752.421	528.058
Total	1.649.247	1.275.295

- (a) Em decorrência da ação judicial que discute a base de cálculo da COFINS, as empresas do Conglomerado Financeiro possuem Mandado de Segurança no qual discutem a ocasião da dedutibilidade da COFINS no Lucro real e na Base de Cálculo CSLL. Para fins de adequação das Demonstrações Contábeis, no período, foi constituída a provisão referente ao passivo em discussão; e crédito tributário correspondente, de acordo com as características/argumentações da referida discussão judicial.
- (b) Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

- (c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b. O quadro abaixo apresenta a expectativa de realização dos fluxos de caixa dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

Contingências	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Fiscais	129.246	-	-	-	439.884	569.130
Cíveis	109.552	89.868	71.113	57.163	-	327.696
Trabalhistas	183.456	183.293	176.268	157.851	51.553	752.421
Total	422.254	273.161	247.381	215.014	491.437	1.649.247

c. Movimentação dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	472.479	5.307	274.758	192.217	528.058	139.633
Constituições	69.329	466.757	218.406	86.860	460.099	390.254
Reversões (a)	(321)	-	(53.493)	-	(276.994)	-
Baixas (a)	(654)	-	(111.975)	(4.319)	(143.121)	(1.829)
Incorporação	101	-	-	-	142.202	-
Atualizações	28.196	415	-	-	42.177	-
Saldo final	569.130	472.479	327.696	274.758	752.421	528.058

- (a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

d. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

	2013	2012
Contingências fiscais	(a) 707.234	666.473
Contingências cíveis	(b) 16.753	16.843
Contingências trabalhistas	(c) 1.330.180	56.662
Total	2.054.167	739.978

- (a) Referem-se, basicamente: i) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 198.805; ii) INSS R\$ 147.703; iii) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2006 a 2010) R\$ 107.145; d) ISS R\$ 70.001; iv) INSS sobre participações nos lucros e resultados - Agência Nassau Branch R\$ 45.186; v) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 32.528 e vi) IRPJ/CS sobre compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários R\$ 24.515.
- (b) Referem-se, basicamente, as ações de cobrança.
- (c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

e. Depósitos judiciais apresentados em outros “Outros ativos”

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contingências fiscais	558.964	484.601
Contingências cíveis	121.270	90.323
Contingências trabalhistas	114.367	50.709
Outras	87.770	159
Total	<u>882.371</u>	<u>625.792</u>

19 Passivos tributários correntes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	86.796	406.766
Impostos e contrib. sobre serviços terceiros	4.661	4.046
Impostos e contribuições sobre salários	9.252	8.470
Impostos e contrib. sobre aplicações financeiras	15.401	22.230
PIS	4.337	5.876
COFINS	26.606	36.162
ISS	5.245	5.506
IOF	7.807	14.665
Outros impostos e contribuições	647	595
Compensação de passivos tributários correntes	-	(204.555)
Total	<u>160.752</u>	<u>299.761</u>

20 Passivos tributários diferidos

a. Composição dos passivos tributários diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	487	89.523
Ajuste ao valor justo de derivativos	241.376	-
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	79.926	669.728
Derivativos - Regime de caixa	813	2.526
Superveniência de depreciação	441.236	723.850
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	-	(217.155)
Compensação de passivos fiscais diferidos	-	(724.771)
Total	<u>763.838</u>	<u>543.701</u>

b. Movimentação dos passivos tributários diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	543.701	660.049
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(89.035)	71.350
Ajuste ao valor justo de derivativos	241.376	(141)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(589.802)	279.936
Derivativos - Regime de caixa	(1.714)	(182)
Superveniência de depreciação	(282.615)	97.932
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	217.155	(217.155)
Compensação de passivos fiscais diferidos	<u>724.772</u>	<u>(348.088)</u>
Saldo final	<u>763.838</u>	<u>543.701</u>

21 Obrigações legais

As empresas do Conglomerado Financeiro fizeram opção pelo pagamento à vista da COFINS, nos termos dos artigos 39 da Lei nº 12.865/13.

Em 2013 foi publicada a Lei 12.865, de 9 de outubro, dispondo, entre outros assuntos, que os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei no 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2012, poderiam: I) ser pagos a vista com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de cem por cento das multas isoladas, de cem por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou II) parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

Após análise detalhada da referida legislação, considerando que algumas empresas integrantes do Conglomerado discutiam judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS conforme disposto na Lei 9.718/98, optou-se pela adesão com a possibilidade de pagamento prevista na Lei 12.865 e respectiva desistência da referida discussão judicial. O resultado da adesão aos programas foi registrado em “Outros resultados operacionais” (Nota 29).

22 Outros passivos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos trânsito terceiros	26.381	38.528
Transfer. internas de recursos	10.368	510
Câmbio vendido a liquidar	190.923	1.500.474
Obrigações por compras de câmbio	1.016.221	2.259.753
Caixa de registro e liquidação	15.078	8.780
Comissões e Corretagens a pagar	13.011	523
Credores conta liquidação pendentes	43.393	131.519
Provisão para participação nos lucros	362.065	213.379
Provisão para despesas de pessoal	225.266	183.544
Provisão para despesas administrativas	233.524	106.251
Provisão fundo campanha	565	-
Comissões por intermediação de operações	34.331	40.861
Transações de cartão de crédito	548.217	381.209
Liquidações de títulos no exterior	1.448	1.920
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	10.444	36.370
Subscrições de capital a realizar	38.456	-
Outras (a)	190.002	342.446
Total	<u>2.959.693</u>	<u>5.246.067</u>

- (a) Refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de empréstimos e recebíveis.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco Votorantim é representado por 105.391.472.816 ações, subscritas e inteiramente integralizadas, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Quantidade em 31 de dezembro de 2013	<u>86.229.386.840</u>	<u>19.162.085.976</u>
Quantidade por acionista		
Votorantim Finanças	43.114.693.421	9.581.042.988
Banco do Brasil	43.114.693.419	9.581.042.988
Percentual por acionista		
Votorantim Finanças	50,00000001%	49,99999995%
Banco do Brasil	49,99999999%	50,00000005%

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 2.000.000, mediante a emissão de 22.410.553.662 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas. O aumento de Capital foi homologado pelo BACEN em 29 de junho de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal.

b. Composição das reservas

	2013	2012
Reservas de capital	133.468	302.046
Reservas de lucros	-	-
Reserva legal	-	-
Reserva de expansão	-	-
Total de reservas	133.468	302.046

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

c. Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do BRGAAP para o IFRS

	2013		2012	
	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Saldo em BRGAAP	7.140.683	(512.076)	8.210.437	(1.987.773)
Cessão de créditos com coobrigação, líquido dos efeitos tributários	(136.568)	275.309	(411.878)	508.592
Cessão de crédito com retenção substancial de riscos, líquido dos efeitos tributários	-	3.337	(3.337)	78.748
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido dos efeitos tributários	(89.972)	20.939	(110.911)	(280.688)
Usufruto de ações, líquido dos efeitos tributários	(3.507)	(32.428)	28.921	(22.593)
Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda	-	(293)	-	55.797
Apropriação de desconto - Operações de crédito, líquido dos efeitos tributários	-	91.902	(91.902)	(49.549)
Outros ajustes, líquidos dos efeitos tributários	13.404	(38.801)	14.693	31.345
Saldo em IFRS	6.924.040	(192.111)	7.636.023	(1.666.121)

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP (BACEN) e IFRS:

Cessão de créditos - No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros e para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, os quais o Conglomerado possui a maioria das quotas subordinadas, na qual, os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Até 31/12/2012, no BRGAAP, as cessões de operações de crédito eram contabilizadas através do reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Para atendimento as normas do IFRS, quando existe a cessão de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, esses permanecem no balanço do Conglomerado e é reconhecido um passivo em associação.

Pelo advento da Res. 3.533/08 do BACEN, a partir de 01/01/2013, as transferências efetuadas seguem o mesmo procedimento quanto ao tratamento contábil, tanto para o IFRS como para o BRGAAP, não havendo assim diferenças de práticas contábeis para o tratamento contábil das operações realizadas a partir desta data.

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro e possa ser estimado de forma confiável.

Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda - Conforme o IAS 39, quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para a venda tiver sido reconhecido em outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de perda no seu valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida em outros resultados abrangentes será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado. Alguns investimentos em ações de companhias fechadas, classificadas como disponível para a venda apresentaram ajuste ao valor justo negativo por mais de um exercício.

Durante 2013, alguns investimentos foram baixados pela venda dos ativos. No evento de baixa, a perda por redução do valor recuperável que estava registrada no BRGAAP, é transferida do Patrimônio Líquido para Lucros e Prejuízos pela realização do prejuízo. No IFRS, essa realização já havia sido reconhecida e um ajuste positivo foi efetuado no período para equalização das práticas contábeis.

Usufruto de ações - As operações de usufruto de ações são contratos que dão direito ao Conglomerado Financeiro Votorantim de receber dividendos, de ações preferenciais de uma determinada companhia do mercado por um prazo determinado. O Conglomerado desembolsa um montante com a finalidade de obter tais direitos, onde a expectativa do fluxo de caixa gerado corresponde ao valor total corrigido desembolsado pelo Conglomerado Financeiro Votorantim. Ou seja, o Conglomerado receberá os juros e o principal aplicado em forma de dividendos das ações preferenciais da companhia.

A operação de usufruto de ações possui características de um ativo financeiro não-derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

No BRGAAP essas operações são tratadas contabilmente como ativos financeiros com taxas de juros fixas e variáveis e o valor desembolsado para o usufruto das ações, tem a sua apropriação em lucros e prejuízos em base linear enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos, são reconhecidos como receita quando da comprovação de direito.

Apropriação de desconto - O Conglomerado efetivou operação nas condições usuais de mercado, a qual dá direito à contraparte, em determinado período estipulado em contrato, de adquirir todos os riscos e benefícios sobre determinado ativo financeiro, registrado na rubrica Empréstimos e Recebíveis com desconto no valor presente do ativo financeiro, na data da transferência. O BRGAAP aplicou o tratamento do futuro desconto como impairment.

A partir de 30 de novembro de 2013 a contraparte da operação apresentou evidência objetiva de perda no seu valor recuperável e foi realizada provisão para perda por redução ao valor recuperável. Assim, a apropriação do desconto foi revertida contra “Resultado de perdas por redução ao valor recuperável”. A provisão para perda por redução ao valor recuperável da operação considerado individualmente significativo é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente estimado dos fluxos de caixa, e revisado no mínimo trimestralmente.

d. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no patrimônio líquido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	307.135	18.395
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.046.855)	400.682
Instrumentos Financeiros Derivativos		
- <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	-	5.005
Efeitos tributários	<u>404.530</u>	<u>(116.947)</u>
Saldo final	<u>(335.190)</u>	<u>307.135</u>

24 Receitas de juros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos a depositantes	19	95
Aplicações em títulos de renda fixa	2.480.705	2.145.168
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	444.194	676.535
Aplicações no exterior	333	747
Empréstimos	2.690.645	3.512.696
Títulos descontados	14.227	11.694
Financiamentos	5.997.196	8.161.513
Financiamentos a exportação	581.062	450.003
Financiamento em moeda estrangeira	29.682	30.154
Financiamentos rurais	41.775	51.035
Financiamentos imobiliários	66.124	47.679
Disponibilidades em moeda estrangeira	51.863	12.227
Operações de câmbio	229.955	126.803
Arrendamento mercantil	284.527	363.456
Créditos por avais e fianças honrados	8.329	191
Aplicações operações compromissadas	1.160.476	1.196.690
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.683	133.199
Usufruto de ações de cias fechadas	(46.946)	32.677
Outros	124.105	337.407
Total	<u>14.253.954</u>	<u>17.289.969</u>

25 Despesas de juros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações compromissadas	(3.000.014)	(2.999.309)
Despesas com cessionários	191.627	(784.253)
Depósitos interfinanceiros	(211.983)	(276.208)
Depósitos a prazo	(762.041)	(1.793.449)
Empréstimos no país	(785)	(1.321)
Empréstimos no exterior	(342.921)	(355.883)
Repasse Tesouro Nacional	(8.278)	(7.615)
Repasse BNDES	(182.699)	(213.418)
Repasse FINAME	(71.102)	(107.862)
Obrigações c/ Instituições Financeiras no exterior	(140.850)	(109.191)
Debêntures	(137.044)	(206.004)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	(14.150)	(5.552)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio	(179.222)	(152.024)
Letras Financeiras	(1.251.078)	(1.052.978)
Box de opções - estratégia de renda fixa	(74.916)	(145.152)
Obrig. por TVM no exterior	(1.557.275)	(1.671.734)
Outros	18.613	(36.595)
Total	<u>(7.724.118)</u>	<u>(9.918.548)</u>

26 Resultado de serviços e comissões

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tarifas bancárias	531.285	528.772
Rendas de garantias prestadas	171.046	170.635
Administração de fundos de investimento	139.704	138.676
Ressarc. comissões de interm. de operações	183	-
Comissões sobre colocação de títulos	70.380	80.157
Corretagens de operações em bolsa	17.121	22.206
Rendas de cobrança	9.439	12.748
Resultado de Comissões de Interm. de operações (a)	(245.531)	(488.956)
Assessoria Técnico / Financeira	(667.517)	(694.794)
Custos associados	(257.817)	(411.314)
Emolumentos judiciais e cartorários	(218.002)	(263.352)
Transações de cartão de crédito	(21.373)	(22.839)
Outros	(7.738)	(291)
Total	<u>(478.820)</u>	<u>(928.352)</u>

- (a) Os saldos referem-se às despesas de comissões no montante de R\$ 358.376 (R\$ 741.271 em 2012) e receitas de ressarcimento de comissões no montante de R\$ 603.907 (R\$ 252.315 em 2012).

27 Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	195.058	1.094.237
Títulos públicos	(343.809)	860.791
Títulos privados	538.867	233.446
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(55.842)	(520.505)
Oper. Compromissadas - Livre movimentação.	(21.318)	(76.674)
Credores empréstimos de ações	(404)	(658)
Títulos no exterior	1.780	513
Títulos emitidos	(61.166)	(151.478)
Empréstimos e repasses	36.014	-
Passivos subordinados	(10.748)	(292.208)
Empréstimos e recebíveis	(1.885.012)	600.619
Empréstimos	(7.284)	7.942
Financiamentos	(1.652.252)	557.101
Financiamentos à exportação	(60.668)	135.865
Operações de arrendamento financeiro	(164.808)	(100.289)
Total	<u>(1.745.796)</u>	<u>1.174.351</u>

28 Resultado de instrumentos financeiros derivativos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contratos de <i>swap</i>	515.950	(93.644)
Contratos a termo	(367)	(1.281)
Contratos de futuros	772.333	(1.774.417)
Contratos de opções	66.614	46.167
Contratos de NDF	101.695	19.078
Derivativos de crédito	5.620	37.150
Outros	(5.002)	23.398
Total	<u>1.456.843</u>	<u>(1.743.549)</u>

29 Outros resultados operacionais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ganhos de capital	13.722	23.626
Correção monetária de depósitos judiciais	29.738	30.675
Provisão para passivos contingentes	(a) 1.430.786	(473.448)
Indenizações cíveis	(201.187)	(217.373)
Depósitos judiciais	(45)	(5.521)
Desvalorização de outros valores e bens	(18.387)	(5.194)
Outras	(219.248)	(87.854)
Total	<u>1.035.379</u>	<u>(735.089)</u>

(a) Incluem o efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 21) no valor de R\$ 377.745 em 31 de dezembro de 2013.

30 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(Constituições)/reversões de provisão para perdas	(4.495.967)	(5.392.327)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	709.125	252.707
Descontos concedidos em renegociação	(385.823)	(539.869)
Total	<u>(4.172.665)</u>	<u>(5.679.489)</u>

31 Despesas de pessoal

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Honorários	(17.088)	(18.718)
Benefícios	(134.047)	(146.727)
Encargos sociais	(182.505)	(185.700)
Proventos	(697.377)	(622.145)
Treinamentos	(2.189)	(5.484)
Total	<u>(1.033.206)</u>	<u>(978.774)</u>

32 Outras despesas administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Água, energia e gás	(4.754)	(5.120)
Aluguéis	(111.988)	(135.561)
Arrendamento de bens	(2.988)	(3.997)
Comunicações	(64.386)	(80.454)
Contribuições filantrópicas	(12.933)	(8.086)
Manutenção e conservação de bens	(24.637)	(14.201)
Material	(1.934)	(2.409)
Processamento de dados	(180.621)	(169.204)
Promoções e relações públicas	(4.519)	(5.711)
Propaganda e publicidade	(4.241)	(3.350)
Publicações	(1.120)	(1.220)
Seguros	(12.070)	(13.352)
Serviços do sistema financeiro	1.244	(2.227)
Serviços de terceiros	(19.196)	(13.385)
Vigilância e segurança	(3.282)	(3.553)
Transportes	(15.495)	(15.975)
Viagens	(12.090)	(10.467)
Serviços técnicos especializados	-	(563)
Outras	(26.353)	(16.252)
Total	<u>(501.363)</u>	<u>(505.087)</u>

33 Despesas de depreciação e amortização

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Amortização	(13.279)	(8.134)
Depreciação	(20.256)	(21.309)
Total	<u>(33.535)</u>	<u>(29.443)</u>

34 Despesas tributárias

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ISS	(55.720)	(50.042)
PIS	(55.967)	(54.460)
COFINS	(1.446.903)	(335.140)
Outros	<u>(161.283)</u>	<u>(73.719)</u>
Total	<u>(1.719.873)</u>	<u>(513.361)</u>

35 Resultado na alienação de ativos não financeiros para a venda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alienação de bens	(28.700)	(145.255)
Alienação de investimentos	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(28.702)</u>	<u>(145.255)</u>

36 Despesas de impostos e contribuições sobre a renda

a. Encargos devidos sobre as operações

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	<u>(596.087)</u>	<u>(2.728.202)</u>
Encargos à alíquota nominal vigente	<u>238.435</u>	<u>1.091.281</u>
Exclusões/(adições)	<u>(696.631)</u>	<u>(2.380.515)</u>
Prejuízo fiscal de IR	58.458	110.930
Base negativa de CS	(26.859)	33.760
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	13.696	(125.180)
Ajuste ao valor justo de derivativos	355.371	(257.622)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(141.162)	279.936
Participações no lucro	(69.482)	40.536
Programa de remuneração variável	(11.329)	-
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	(591.779)	(1.718.807)
Provisões	(66.376)	(188.145)
Derivativos - Regime de caixa	-	(182)
Obrigações legais	19.134	(468.426)
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(217.155)	(170.317)
Adições permanentes e incentivos fiscais	-	174.273
Outros	<u>(19.148)</u>	<u>(91.271)</u>
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	<u>(458.196)</u>	<u>(1.289.234)</u>

b. Imposto sobre a renda diferido com efeito sobre o resultado

Ativos tributários diferidos	2013	2012
Adições/(exclusões)		
Prejuízo fiscal de IR	(47.740)	(110.930)
Base negativa de CS	33.287	(33.760)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(21.639)	124.519
Ajuste ao valor justo de derivativos	(355.372)	260.258
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	141.161	-
Participações no lucro	59.323	100.083
Obrigações legais	(19.135)	468.426
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	566.133	1.731.625
Provisões	80.646	191.360
Insuficiência de depreciação	217.155	51.095
Resultado de dependências no exterior	(17.146)	-
Outros	33.295	22.115
Total	669.968	2.804.791
 Passivos tributários diferidos		
Adições/(exclusões)		
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	8.272	5.158
Ajuste ao valor justo de derivativos	(241.376)	(2.635)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	589.802	(279.935)
Derivativos - Regime de caixa	1.714	182
Superveniência/Insuficiência de depreciação	65.459	119.222
Total	423.871	(158.008)

37 Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Banco do Brasil (a)		Votorantim (b)		Controladas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	69.829	34.691	-	-	-	-
Ativos finan. com acordo de revenda	-	-	-	-	25.623.846	36.758.158
Ativos financeiros ao valor justo	-	-	-	-	24.898.636	23.042.927
Empréstimos e recebíveis	5.369	920.224	3	12	-	118
Instrumentos financeiros derivativos	-	157.262	9.027	6.264	267.862	1.067.642
Passivos						
Passivos fin. custo amortizado	16.607.974	14.807.261	365.715	677.249	4.726.585	3.934.225
Instrumentos finan. derivativos	137.913	-	134.598	947.902	21.493.997	21.041.020
Outros passivos	23.024	-	-	-	2.160	25.594
Receitas						
Receitas de juros	1.228.369	927.442	-	-	-	-
Receitas de serviços e comissões	176	129	-	-	-	-
Res. instru. fin. ao valor justo	9.481	8.016	-	-	4.457.850	5.377.659
Instrum. financeiros derivativos	124.489	-	-	885	-	-
Otras receitas operacionais	-	-	5	8	-	-
Despesas						
Despesas de juros	161.497	(896.515)	(9.300)	(11.574)	(409.211)	(350.750)
Despesas de serviços e comissões	-	-	-	-	(83.319)	(4.647)
Instrum. financeiros derivativos	-	(313.435)	(1.643)	-	(851.445)	(1.486.908)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(135)	-
Outras despesas administrativas	(6.938)	(6.663)	-	-	-	(128.740)

O Conglomerado é controlado em conjunto pelas empresas Banco do Brasil S.A. e Votorantim Finanças S.A.

- (a) Banco do Brasil - Compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, sendo o principal o Banco do Brasil S.A.
- (b) Votorantim - Compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais a Votorantim Finanças S.A. e a Votorantim Industrial S.A.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O Conglomerado Votorantim despendeu os seguintes montantes como remuneração às pessoas-chave da Administração:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Honorários	13.871	18.592
Gratificações	30.619	98.663
Encargos sociais	<u>13.494</u>	<u>35.763</u>
Total	<u><u>57.984</u></u>	<u><u>153.018</u></u>

38 Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Conglomerado que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Conglomerado.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

O Conglomerado possui dois segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Conglomerado. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Conglomerado:

- **Varejo** - Operações com característica de concessão de crédito direto ao consumidor, cessões de crédito, e remuneração do capital;
- **Atacado** - Operações com característica de concessão de crédito, operações estruturadas direcionadas ao segmento não varejo. Aplicação em ativos financeiros, como: Títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, financiamento ao agronegócio, receitas de serviços e administração de recursos de terceiros;

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social.

<i>Em R\$ Milhões</i>	2013	
	Varejo	Atacado
Receitas e Despesas Financeiras	4.058	1.440
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	(2.103)	(1.599)
Despesas administrativas e de pessoal	(809)	(528)
Despesas tributárias	(656)	(1.435)
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	(670)	1.607
Remuneração Variável	(139)	(225)
IR/CS	313	554
Resultado líquido do exercício	(6)	(186)

39 Gerenciamento de Riscos

a. Gestão integrada de riscos e Capital

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- Envolvimento da Alta Administração.

i. Atividades de gerenciamento de riscos

O Conglomerado utiliza um enfoque estruturado para a padronização das atividades de gerenciamento de riscos. Estas atividades compreendem as seguintes etapas:

- Identificação de riscos e controles;
- Avaliação e mensuração de riscos e controles;
- Análise de vulnerabilidades de controles;
- Definição do nível de exposição a riscos;
- Implantação de respostas aos riscos;
- Definição de indicadores de desempenho;
- Monitoramento de histórico destes indicadores; e
- Reporte das informações para a estrutura de governança.

ii. Políticas, normas, manuais e procedimentos

O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidas pelo nível máximo da hierarquia e aplicadas para toda a organização e que norteiam as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (intranet), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando houver mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

iii. Comitês de gestão e controle de riscos

O Conglomerado possui uma estrutura de Governança Corporativa que estabelece fóruns colegiados, formalmente organizados e com delegação de alçadas, para o acompanhamento e tomada de decisões dos vários aspectos inerentes à gestão e controle do Conglomerado para assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos.

A governança está organizada em dois níveis complementares de alçada: a primeira é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, e envolve os acionistas; a segunda é composta pelo Comitê Executivo e seus Comitês e Comissões que envolvem as lideranças executivas do Conglomerado.

Os Comitês e Comissões estão formalmente constituídos em normativos internos, que estabelecem seus respectivos objetivos e atribuições, composição e membros votantes, e regras para deliberações.

A estruturação destes fóruns colegiados segue a seguinte hierarquia:

- Comitês: fóruns de decisão em esfera macro e de ratificação de decisões estabelecidas nas comissões. São compostos pelo presidente, vice-presidentes e diretores das áreas envolvidas;
- Comissões: fóruns de análise de um determinado grupo de assuntos e de ratificação das decisões das subcomissões, com reporte ao respectivo comitê. São compostos por diretores, superintendentes e gerentes das áreas envolvidas;

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos do Conglomerado é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se nas diversas comissões e comitês, conforme sua atribuição. Esse processo conta com a participação de todas as instâncias decisórias de Governança Corporativa que compreende desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços. Os fóruns envolvidos na gestão de risco estão detalhados a seguir:

Conselho de administração

- Atribuições: entre outras responsabilidades registradas no Estatuto, destacam-se a aprovação de desenvolvimento de novos negócios, a aprovação de políticas de concessão de crédito e de risco de mercado e a avaliação de determinadas operações, em razão de sua natureza e valor financeiro envolvido;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de assessoramento - finanças

- Atribuições: assessoramento técnico ao Conselho de Administração e suporte no estudo prévio de quaisquer matérias que este julgar necessárias;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de assessoramento - produtos e marketing

- Atribuições: assessoramento técnico ao Conselho de Administração em assuntos relativos a produtos e marketing, incluindo o plano de negócios, estratégias e novas oportunidades de negócio;
- Periodicidade: trimestral.

Comitê de fiscalização - auditoria

- Atribuições: aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos de auditoria interna, de avaliação de aderência aos normativos internos e aos dispositivos legais, de verificação da integridade das demonstrações contábeis e da efetividade das atividades de gerenciamento de risco e acompanhamento dos trabalhos realizados pela auditoria externa;
- Periodicidade: mensal.

Comitê executivo

- Atribuições: acompanhamento do desempenho geral do Conglomerado, do contexto do mercado e de temas abordados nos comitês e comissões operacionais e deliberação sobre questões que exigem a participação da Alta Administração;
- Periodicidade: semanal.

Comitê de ALM, riscos e capital

- Atribuições: encaminhamento ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo de propostas relativas a gerenciamento e controle de riscos e gestão de capital, avaliação de operações estratégicas que possam gerar impactos relevantes ao consumo ou à base de capital, análise das propostas de limites, metas e estrutura ótima para gestão do capital, gerir a reserva de segurança para garantir que o capital se mantenha em níveis regulatórios adequados e análise e ratificação das decisões das Comissões subordinadas (Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Crédito e Tributário);
- Periodicidade: quinzenal

Comitê de crédito

- Atribuições: avaliação da viabilidade de aprovação dos limites e/ou operações de crédito encaminhadas pelas áreas comerciais, avaliação das negociações ou acordos para regularização de créditos problemáticos e baixa das restrições de crédito (temporárias ou definitivas) a pessoas, grupos e setores da economia.
- Periodicidade: semanal.

Comitê de controles internos e risco operacional

- Atribuições: análise e validação de ações para a correção de fragilidades ou para o aprimoramento do sistema de gerenciamento de riscos, acompanhamento dos processos relacionados ao gerenciamento de risco operacional e de controles internos, de prevenção à lavagem de dinheiro e dos planos de continuidade do negócio e acompanhamento da implantação dos planos de ação de melhorias;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de Produtos

- Atribuições: avaliação e aprovação para o desenvolvimento de novos produtos, acompanhamento da implementação de novos produtos, acompanhamento da implementação de melhorias e da manutenção dos produtos existentes;
- Periodicidade: semanal.

Comissão de risco de mercado

- Atribuições: avaliação das exposições a riscos de mercado e acompanhamento de limites de exposição dos principais riscos de mercado da carteira trading;
- Periodicidade: mensal.

Comissão de Risco de Crédito

- Atribuições: avaliação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito, acompanhamento e avaliação dos limites de exposição da carteira de risco de crédito, avaliação dos resultados de *stress testing*, acompanhamento do nível de provisionamento das operações de crédito frente à inadimplência, avaliação das metodologias de mensuração do risco de crédito, avaliação dos planos de contingência relacionados à gestão do risco de crédito e emissão de pareceres ao Comitê de ALM, Riscos e Capital e/ou ao Comitê Executivo, sobre novas estratégias e regras para operações e gestão da carteira de crédito;
- Periodicidade: mensal.

Comissão de liquidez

- Atribuições: avaliação a exposições a riscos de liquidez e dos cenários de estratégias de caixa, acompanhamento e revisão dos limites mínimos de caixa e monitoramento e atualização do plano de contingência de captação;
- Periodicidade: quinzenal.

Comissão de Tributário

- Atribuições: aprovação de propostas para maximizar a eficiência fiscal do Consolidado, suas controladas e coligadas, análise dos impactos fiscais de fechamento mensal, contemplando o comportamento da alíquota efetiva de IR/CS, avaliação de riscos que possam impactar o balanço das empresas do Conglomerado Financeiro e demonstração para aprovação do *forecast* da base fiscal;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de produtos

- Atribuições: avaliação e aprovação para o desenvolvimento de novos produtos, acompanhamento da implementação de novos produtos, acompanhamento da implementação de melhorias e da manutenção dos produtos existentes;
- Periodicidade: semanal.

b. Risco de mercado

É objetivo do controle de risco de mercado apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

i. Definições

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco).

ii. Princípios básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira de negociação (*trading*) ou carteira de não negociação (*banking*);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatária, baseadas em melhores práticas de mercado;

- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de riscos, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de apetite a risco definidos pela instituição;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

iii. Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de mercado compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação de operações, a modelagem e o controle de risco de mercado e de resultado e a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Tais funções são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Controle de risco de mercado

- Responsável pelas metodologias e modelagem de precificação e de cálculo de risco de mercado e pela captura independente dos preços utilizados;
- Responsável pela apuração dos valores em risco e do capital alocado e pelo monitoramento de limites autorizados.

Tesouraria

- Responsável pela execução da negociação de operações com o mercado, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações;
- Responsável pelo acompanhamento das oportunidades e tendências de mercado, a gestão das exposições em risco, observando as estratégias definidas e os limites autorizados.

Operações

- Responsável pela confirmação independente, pela formalização, pelo registro e contabilização, pela liquidação de operações e pela garantia da abrangência, consistência, integridade e confiabilidade das bases de dados.

Finanças

- Responsável pela operacionalização da segregação gerencial de carteiras e pela apuração e acompanhamento do resultado contábil e gerencial a mercado das operações.

iv. Medidas e limites de risco para gestão e controle

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- VaR (Valor em Risco): compreende a apuração, com base em técnicas estatísticas, da perda máxima em valor de mercado, em condições normais, de uma determinada posição ou carteira, dado um grau de certeza estatística (nível de confiança) e um determinado horizonte de tempo;
- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas posições ou carteiras decorrente de condições extremas de mercado, que possam produzir perdas ou ganhos extraordinários;
- Capital Regulatório de Risco de Mercado: compreende o capital regulatório apurado em decorrência das exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- Análises de Sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade nos resultados das carteiras em função da alteração de posições e/ou pequenas oscilações nas condições de mercado; e
- Posições e Carteiras: compreendem o acompanhamento de volume de exposições brutas ou líquidas.

As medidas de risco são utilizadas em conjunto com limites para a gestão do risco de mercado. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

Existem dois tipos de limites, conforme alçada de decisão:

- Limites Superiores: limites máximos autorizados na alçada do Conselho de Administração;
- Limites Operacionais: limites internos autorizados na alçada do Comitê de ALM, Riscos e Capital e da Comissão de Risco de Mercado, sempre observando os limites Superiores.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária.

Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos, com periodicidade mínima anual, juntamente com programação orçamentária.

v. Segregação de carteiras

Para fins da gestão e o controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, de acordo com a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não negociação).

A carteira *trading* abrange todas as operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, detidas com a intenção de negociação, ou giro, ou destinadas a *hedging* de outras operações integrantes da carteira *trading*, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Os principais mecanismos que são adotados pelo Conglomerado para a segregação de carteiras são:

- segregação de operações é feita com base na intenção das estratégias de negócio, capturadas no momento da negociação, refletindo a gestão pró-ativa da tesouraria, podendo estas ser classificadas como *trading* ou *banking*;
- condições para classificação *trading*: intenção de negociação no curto prazo, precisam ter liquidez, serem marcadas a mercado diariamente e observar enquadramento aos prazos de giro e de carregamento definidos; e
- composição da carteira *banking*: inclui demais operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, que, por exclusão, não são detidas com a intenção exclusiva de negociação no curto prazo.

Carteira *Trading* - Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira *trading* é composta pelas operações que o Banco possui e que estão disponíveis para negociação.

Para a mensuração do risco da carteira *trading*, o Banco adota metodologia de VaR por Simulação Histórica, com Nível de Confiança de 99% e janela de 252 retornos, considerando um *holding period* de 10 dias úteis.

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

<u>Período</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>
Janeiro a Dezembro/ 2013	9.750	35.100	86.834
Janeiro a Dezembro/ 2012	8.573	42.658	115.210

Carteira *Banking* - Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que provêm *funding* para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do Patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos.

Para a mensuração do risco *banking*, o Banco adota metodologia de VaR por Simulação Histórica, com Nível de Confiança de 99%, janela de 1260 retornos e *holding period* de 10 dias úteis. A metodologia adota os preceitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular 3.365, de 12.09.2007.

O Conglomerado utiliza premissas conservadoras para a liquidação antecipada de empréstimos e depósitos que não possuam vencimento definido:

- no caso de empréstimos, assume-se a data final de liquidação de contrato, não havendo qualquer modelagem estatística para a cenarização da antecipação do recebimento dos valores devidos;
- no caso de depósitos com liquidez diária, como é o caso das captações compromissadas, realizadas através de compromissos de recompra, assume-se a data a partir da qual é possível o resgate (antecipação da liquidação); e
- no caso de depósitos à vista, cujas posições não são materialmente relevantes, assume-se o primeiro dia útil subsequente, à data base de cálculo, para seu vencimento.

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira consolidada.

<u>Período</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>
Janeiro a Dezembro/ 2013	242.274	368.182	575.280
Janeiro a Dezembro/ 2012	383.670	492.488	593.157

vi. Sistemas de mensuração e processo de comunicação

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas compreendem o tratamento integrado de informações, de forma seqüenciada:

- a captura de preços e curvas de fontes independentes de mercado, refletindo parâmetros das condições efetivamente praticadas para negociação;
- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil;
- a apuração dos valores a mercado de posições, para fins contábeis, do acompanhamento gerencial de posições e de performance financeira realizada; e
- o cálculo dos valores em risco, seguindo a metodologia de VaR.

Complementarmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentadas as exposições e demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados;
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta; e;
- a emissão de mensagens eletrônicas específicas para reporte e monitoramento de ocorrências de extrapolação de limites ou de desenquadramento de operações, nas quais são identificadas posições e os gestores responsáveis.

vii. Comunicação de extrapolação de limites e desenquadramento de operações

O procedimento adotado para o monitoramento da utilização de limites ou do desenquadramento de operações compreende duas etapas: (i) de comunicação e (ii) de re-enquadramento.

Comunicação:

- Para comunicação são utilizadas mensagens padrão de Alerta de Utilização, indicando níveis pré-estabelecidos de gatilho na utilização de limites, e de Extrapolação de Limite, indicando ocorrência de exposições superiores ao risco autorizado, são encaminhadas por meio eletrônico.

Re-enquadramento:

- Eventual extrapolação de limites ou desenquadramento de operações implica obrigatoriamente na execução de estratégias de negociação para re-enquadramento aos limites autorizados e redução dos valores utilizados.
- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Risco de Mercado subsequente.

viii. Políticas e estratégias de *hedge*

As operações de *hedge* têm o objetivo de neutralizar, total ou parcialmente, os riscos de mercado e/ou de crédito incidentes sobre as exposições *trading* e *banking*, em observância às estratégias definidas e ao nível estabelecido de apetite a risco. No caso da carteira *banking*, o Conglomerado adota políticas e estratégias para a negociação de operações de *hedge* com o objetivo de mitigar os riscos de mercado escriturais e estruturais do balanço. A exposição escritural de balanço compreende a gestão e controle dos impactos contábeis decorrentes da natureza intrínseca de operações, produtos, carteiras, ou da flutuação da paridade de conversão de investimentos ou participações societárias e a exposição de mercado estrutural compreende a gestão e controle dos impactos econômicos decorrentes do risco de mercado incidente sobre a carteira *banking*.

Para tanto são negociados instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, com o objetivo de neutralizar, total ou parcialmente, os riscos de mercado incidentes sobre as exposições, em observância às estratégias definidas e ao nível estabelecido de apetite a risco.

Todo e qualquer instrumento financeiro, mercadoria ou derivativo pode ser considerado e utilizado como instrumento de *hedge*, desde que configurem produtos cuja negociação tenha sido previamente autorizada e cujo desempenho financeiro esperado atenda aos objetivos pretendidos com a estratégia de mitigação de riscos de mercado.

Estes produtos podem ser padronizados, negociados via câmaras de liquidação, ou não padronizados, negociados via mercado de balcão. O Conglomerado faculta a utilização de um ou mais instrumentos para execução do *hedge*, ou uma proporcionalidade dos mesmos, tendo em vista os riscos a serem cobertos.

No caso da execução de *hedge* através da negociação de derivativos, o Conglomerado pode usar uma estratégia de *duration*, de hedge de fluxo de caixa, de decomposição dos fatores de risco nos vértices que possuam liquidez, ou outra estratégia específica, levando-se sempre em consideração a dinâmica de formação do preço do instrumento e da estratégia especificamente selecionada, de tal forma que seja verificada sua liquidez de mercado e, portanto, garantida a prática do preço justo e sua representatividade ao longo da vida útil da estratégia de hedge.

ix. Análises de Sensibilidade

O Banco Votorantim utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições.

Análise 1 - Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Análise 2 - São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- Cenário 1 - Consiste no cenário provável de mercado para os fatores de risco, na concepção da instituição.
 - **Cambio:** As moedas sofrem choques de 1,00% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2013. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), por exemplo, seria de R\$ 2,3856 (101,00% de R\$ 2,3620).
 - **Bolsa:** O índice IBOVSPA utilizado foi 52.022 pontos, equivalente a 101,00% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2013.
 - **Juro pré-fixado:** A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.
 - **Índice de preços:** As curvas de cupons de índice de preços são impactadas paralelamente em 10 pontos base (0,10%).
 - **Taxa de juro de moeda estrangeira:** As curvas de cupons de moeda estrangeira são impactadas paralelamente em 10 pontos base (0,10%).
 - **Cupom de taxa de juros:** As curvas de cupons de taxa de juros são impactadas paralelamente em 10 pontos base (0,10%).
- Cenário 2 - Cenário com choque de 25% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.
- Cenário 3 - Cenário com choque de 50% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.

Com relação aos efeitos da aplicação do método sobre as carteiras do Banco, apresentamos duas situações distintas:

- Para as operações classificadas na carteira *trading*, composta por operações com intenção de negociação, os possíveis efeitos dos movimentos nas taxas de juros e preços praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Conglomerado; e
- Para as operações classificadas na carteira *banking*, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de créditos (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil disponível para venda e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no Patrimônio Líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas, *e banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Análise de Sensibilidade 1 - Carteira Trading

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2013		2012	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(1.041)	1.045	(2.679)	2.673
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(1.140)	(1.153)	(99)	89
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	42	(42)	228	(222)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	-	-	-	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade 1 - Carteira Trading e Banking

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2013		2012	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(28.445)	28.494	(41.564)	41.739
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(4.305)	4.334	2.335	(2.342)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(337)	338	(714)	723
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	795	(794)	1.614	(1.623)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade 2 - Carteira *Trading*

Cenário I							
2013				2012			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.460.276)	(1.041)	Redução	9.934.804	17.016
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	33.115	(1.843)	Manutenção	1.778.193	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	342.794	(3.491)	Redução	640.882	7.971
Índice de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	30.763	42	Aumento	41.885	2.355
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	86.201	(50)	Manutenção	19.959	-

Cenário II							
2013				2012			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.460.276)	(26.238)	Aumento	9.934.804	(26.562)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	33.115	(6.132)	Aumento	1.778.193	(5.659)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	342.794	(135.718)	Aumento	640.882	(232.197)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	30.763	(474)	Redução	41.885	1.110
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	86.201	(9.424)	Aumento	19.959	(25.462)

Cenário III							
2013				2012			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.460.276)	(50.098)	Aumento	9.934.804	(71.157)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	33.115	(11.868)	Aumento	1.778.193	(11.036)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	342.794	(275.553)	Aumento	640.882	(490.294)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	30.763	(976)	Redução	41.885	(19)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	86.201	(16.709)	Redução	19.959	(55.244)

Análise de Sensibilidade 2 - Carteira *Trading e Banking*

Cenário I							
2013					2012		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	14.715.241	(28.445)	Redução	17.636.716	268.574
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(558.201)	(5.528)	Manutenção	(535.026)	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(536.007)	(7.522)	Redução	(634.265)	(3.405)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	(276.241)	663	Manutenção	(399.229)	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	187.482	264	Manutenção	190.723	-
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	426.670	(337)	Manutenção	194.770	(8.355)

Cenário II							
2013					2012		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	14.715.241	(723.278)	Aumento	17.636.716	(399.452)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(558.201)	(15.666)	Aumento	(535.026)	(9.791)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(536.007)	(203.404)	Redução	(634.265)	(130.956)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(276.241)	(6.987)	Redução	(399.229)	(7.228)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	187.482	(372)	Redução	190.723	(77)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	426.670	(2.812)	Aumento	194.770	(11.158)

Cenário III							
2013					2012		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	14.715.241	(1.392.825)	Aumento	17.636.716	(1.024.921)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(558.201)	(30.777)	Aumento	(535.026)	(19.100)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(536.007)	(371.795)	Redução	(634.265)	(266.203)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(276.241)	(13.957)	Redução	(399.229)	(14.633)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	187.482	(743)	Redução	190.723	(154)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	426.670	(5.575)	Aumento	194.770	(13.787)

x. Testes de Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência.

O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- Testes Retrospectivos; e
- Testes Prospectivos.

Testes Retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- a) Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2004 até a data-base de referência;
- b) Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- c) Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição. Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre todos os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse - Carteira Consolidada

Fator de risco	2013		2012	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	94.348	(9.188)	29.739	(26.659)
Commodities	(9.598)	(493)	(9.457)	(322)
Moedas estrangeiras	(536.007)	(91.484)	(634.265)	(3.414)
Taxa de juros	14.494.952	(978.023)	17.087.953	(1.515.240)
Total	14.043.695	(1.079.188)	16.473.970	(1.545.635)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse - Carteira Consolidada

Fator de risco	2013		2012	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	94.348	350	29.739	4.662
Commodities	(9.598)	494	(9.457)	322
Moedas estrangeiras	(536.007)	7.945	(634.265)	-
Taxa de juros	14.494.952	592.626	17.087.953	855.023
Total	14.043.695	601.415	16.473.970	860.007

Testes Prospectivos

O método do teste prospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Conglomerado, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Subcomissão de Cenários, considerando os seguintes parâmetros:

- a) Resultado do cenário pessimista e resultado do cenário otimista;
- b) Extensão da série: prospecção para retornos acumulados de 10 dias úteis;
- c) Periodicidade do teste: diária.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis.

Seguem os resultados do teste prospectivo de estresse para a carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste prospectivo de estresse - Carteira Consolidada

Fator de risco	2013		2012	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	94.348	(7.279)	29.739	(12.317)
Commodities	(9.598)	(493)	(9.457)	(322)
Moedas estrangeiras	(536.007)	(70.212)	(634.265)	(83.739)
Taxa de juros	14.494.952	(565.898)	17.087.953	(747.502)
Total	14.043.695	(643.882)	16.473.970	(843.880)

Estimativas de maiores ganhos do teste prospectivo de estresse - Carteira Consolidada

Fator de risco	2013		2012	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	94.348	3.181	29.739	-
Commodities	(9.598)	494	(9.457)	322
Moedas estrangeiras	(536.007)	155.142	(634.265)	1.338
Taxa de juros	14.494.952	426.062	17.087.953	625.449
Total	14.043.695	584.879	16.473.970	627.109

c. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão da base de perdas e indicadores de risco operacional e do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de ações de melhoria, de acordo com os níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

i. Definições

Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos à instituição - inclui o Risco Legal, porém exclui o Risco Estratégico e o Risco de Reputação.

ii. Princípios básicos

Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução 3.380 do CMN e com as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;
- Mapeamento dos controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
- Estruturação de indicadores de risco operacional para monitoramento contínuo dos riscos priorizados;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles e mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas melhores práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.

iii. Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco operacional são desempenhadas por unidades funcionais segregadas, formalmente constituídas, formadas por equipes capacitadas e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Área de controles internos

A Gerência de Controles Internos é responsável por:

- Mapear, identificar e avaliar os riscos operacionais e controles existentes nas áreas e processos do Banco, incluindo os serviços terceirizados relevantes;
- Mapear os riscos e controles existentes nos processos que se relacionam com as demonstrações financeiras e verificar a adequação aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley;
- Avaliar o desenho dos controles e testar sua efetividade;
- Acompanhar o andamento e a implantação dos planos de ação elaborados para mitigar riscos operacionais e para promover melhorias no ambiente de controle;
- Disponibilizar metodologias, modelos e ferramentas que assegurem a identificação e o monitoramento dos riscos relevantes;
- Treinar e fomentar a cultura de controles internos aos colaboradores do Banco;
- Dar ciência ao Comitê de Controles dos resultados dos trabalhos de mapeamento, avaliação e testes de controle, bem como de riscos e eventuais deficiências encontradas que sejam relevantes.

Área de risco operacional

- Responsável pela gestão e manutenção da base de dados de perdas operacionais, acompanhamento dos planos de ação para perdas relevantes, definição de metodologias e ferramentas para estruturação de indicadores de risco operacional, construção de cenários e cálculo de capital alocado para risco operacional;
- Responsável pela atualização e revisão periódica das políticas, procedimentos e planos de comunicação relacionados às atividades de gestão e mensuração do risco operacional.

Gestores e colaboradores

- Responsáveis pela gestão e revisão dos riscos operacionais existentes nas suas atividades e processos, pela implementação de controles e definição de indicadores para acompanhamento dos riscos e planos de ação para sua mitigação;
- Responsáveis pela comunicação tempestiva das ocorrências relacionadas a risco operacional.

iv. Sistema de mensuração e processo de comunicação

A mensuração da exposição ao risco operacional é realizada a partir da aplicação de um questionário aos gestores dos processos. O questionário é composto por avaliações quantitativas e qualitativas do impacto financeiro potencial (severidade) e da possibilidade de materialização do risco (probabilidade). A partir dessas avaliações, define-se a exposição ao risco operacional, onde os riscos são categorizados em Baixos, Médios, Altos ou Extremos, segundo critérios aprovados pela Alta Administração.

Os riscos mapeados e classificados são submetidos à validação dos gestores dos processos, para definição do tratamento adequado: aceitar ou reduzir o risco.

A área de Risco Operacional elabora e divulga à Alta Administração o Relatório Anual de Risco Operacional descrevendo a estrutura de gerenciamento do risco operacional, bem como as ações

realizadas no ano corrente e as planejadas para o ano seguinte visando o aprimoramento da gestão do risco operacional no Conglomerado.

v. Gerenciamento de continuidade de negócios

O Conglomerado conta com um ambiente de tecnologia de alta disponibilidade e alta capacidade de recuperação, composto pelos seguintes elementos:

- Dois datacenters hotsites, com certificação de segurança física e ambiental, onde são replicados os servidores de aplicações, bancos de dados e comunicações - um deles no edifício Rochaverá no Morumbi e outro no edifício BFC na Avenida Paulista;
- Sistema de armazenamento de dados em ambos os datacenters onde as bases de dados de produção são espelhadas em tempo real;
- Pool de servidores de aplicação e cluster de servidores de arquivos para os processos e sistemas críticos;
- Unidades de fitas em ambos os datacenters e armazenamento externo de backup;
- Acesso remoto às aplicações críticas;
- Ferramenta de acesso aos planos de contingência acessível pela Internet;

A área de Segurança da Informação utiliza o sistema RPX (Recovery Planner) para gestão das ocorrências de interrupção, definição dos planos de continuidade e documentação de suporte das evidências dos testes aplicados.

Para as empresas do segmento de varejo, o plano de continuidade compreende os sites de Terceiros, como processamento de Cartões (EDS) e atendimento ao cliente (Tivit e Contax).

O processo de Gestão de Continuidade de Negócios coordenado pela área de Segurança da Informação estende-se a todas as empresas do Consolidado, e o resultado dos testes realizados para certificação do Plano de Continuidade de Negócio bem como o acompanhamento de treinamentos e ações de melhoria são apresentados ao Comitê de Controles.

vi. Metodologia de cálculo da parcela do patrimônio exigido - risco operacional (POPR)

Desde a data base de Junho/10 a parcela de capital alocado para risco operacional (POPR) é apurada através da Abordagem Padronizada Alternativa, regulamentada pela Circular 3.383 do BACEN.

Através dessa Abordagem o capital é calculado a partir da média dos últimos três períodos do Indicador de Exposição (IE) e do Indicador Alternativo de Exposição (IAE), multiplicados por um fator de alocação específico para cada linha de negócio. O IE corresponde, para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. O IAE corresponde, para cada período anual, à média aritmética dos saldos semestrais das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com características de concessão de crédito e dos títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação, multiplicada pelo fator 3,5% determinado pelo BACEN.

d. Risco de crédito

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

i. Definições

Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

ii. Princípios básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a Resolução 3.721 do CMN e as melhores práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;
- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como, a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o *rating* dos clientes, as garantias envolvidas, prazos e atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco país;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como, monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos derivativos financeiros;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado - grupo com interesse econômico comum - e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores de atividade econômica, taxas de juros, taxa de câmbio e índices de crédito, estimando impactos financeiros afetando políticas e critérios de crédito;

- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

iii. Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de crédito compreendem um conjunto de atividades estratégicas, táticas e operacionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a concessão de limites, gestão da carteira, informações gerenciais, cobrança e recuperação de crédito, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas conforme apresentado a seguir:

Risco Integrado, Capital e Basileia

Capital de Risco de Crédito

A área de risco de crédito possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Apuração e análise da parcela de exposição ponderada a risco (PEPR), que é a parcela de risco de crédito componente do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme Circular 3644/13.
- Apuração e análise do capital econômico (conforme Circular 3547/11) para risco de crédito.
- Estudos e análises sobre o capital ao risco de crédito em subsídio à tomada de decisão pela Alta Administração.
- Tratamento dos riscos de crédito da contraparte e risco de concentração, dentro do processo de cálculo de capital.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o banco possui uma estrutura independente que realiza a validação dos parâmetros e modelos de risco de crédito utilizados na gestão.

Gestão de Risco de Crédito

A Área de Gestão de Risco de Crédito tem por objetivo efetuar o controle e gerenciamento contínuo do risco de crédito em nível agregado (visão de portfólio), visando mensurar, controlar e mitigar os riscos associados através da elaboração e aplicação de modelagem matemática, análises especializadas, monitoramento e geração de informações gerenciais.

Políticas e Soluções de Crédito

A área é responsável por definir as regras e critérios que suportarão o processo decisório de crédito através da conceituação e desenho funcional de processos, procedimentos e rotinas internas para a concessão e gestão de crédito e manter atualizados os documentos que estabelecem as principais diretrizes para o gerenciamento de riscos, com periodicidade mínima anual ou quando houver mudanças significativas nos objetivos do negócio, no enfoque e na metodologia ou em atendimento às exigências regulamentares.

Crédito e Cobrança - Atacado

Concessão de crédito

O processo de concessão de crédito para o cliente consiste na elaboração de um detalhado dossiê de crédito com informações cadastrais, operacionais, econômico-financeiras e relatórios de visitas aos nossos clientes prospectivos.

A responsabilidade da área é amparar, de forma consistente, as aprovações de limites de crédito e/ou operações específicas em Fóruns Deliberadores; acompanhar, monitorar e revisar periodicamente os clientes aprovados e atribuir rating ao cliente, por meio de modelos estatísticos e julgamentais.

Reestruturação de Crédito

A área é responsável pela gestão e controle dos créditos em atraso, apoiando a área comercial nas renegociações, realizando cobranças amigáveis e acompanhamento ativo, em conjunto com a área jurídica, dos processos judiciais, atuando como interlocutor e coordenador entre as áreas envolvidas, além de analisar e apresentar as propostas de renegociação ao fórum competente.

Crédito e cobrança - Varejo

Concessão de crédito

O processo de concessão de crédito para o segmento Varejo pauta-se em análise através de modelos estatísticos que disponibilizam valores de acordo com a capacidade de pagamento e a qualidade do cliente. As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a tomada de decisão da aprovação do crédito.

- Operações de Crédito: Analisar todas as solicitações de crédito produzidas através das estruturas comerciais, assegurando que as mesmas sejam tratadas com aderência às normas, procedimentos, aos respectivos níveis de alçada de cada operação, bem como o controle da exposição de risco da carteira;
- Ambiente Tecnológico: Responsável pela conceituação e especificação funcional dos sistemas e entorno tecnológico de crédito.

Estratégias e controle de crédito

- **Estratégia Veículos:** Responsável por estudos e análises de informações para definições de estratégias de crédito para este segmento.
- **Estratégia de Empréstimos e Cartões:** Responsável por estudos e análises de informações para definições de estratégias de crédito para os produtos deste segmento.
- **Modelagem e MIS:** Responsável pelo desenvolvimento de Modelos Estatísticos, tais como Credit Score, Behaviour Score, Collection Score e Classificação de empresas privadas e órgãos públicos, em linha com as exigências do novo acordo de Basileia, além de acompanhamento e gestão da carteira de crédito.

Cobrança e estratégia

- **Recuperação de Crédito:** Responsável pelas cobranças administrativas, contenciosas, massificadas, produtos: consignado, cartões, crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
- **Retomados:** Responsável pelo controle de apreensão, remoção, liberação para leilão e documentação.
- **Estratégia e MIS:** Responsável pela conceituação, especificação e acompanhamento de projetos de cobrança, geração e acompanhamento de relatórios e indicadores de cobrança e definição de políticas.

iv. Sistemas de mensuração e processo de comunicação

Em linha com as boas práticas de mercado e com as exigências impostas pelo novo acordo de Basileia (BIS II), o Conglomerado possui sistemas que suportam os processos de crédito, bem como está modernizando sua estrutura de entorno tecnológico a fim de proporcionar maior qualidade das informações que são utilizadas no processo decisório e estratégico do Conglomerado.

No processo de admissão, contamos com sistemas para cadastro de clientes conheça seu cliente / *Know Your Client* - (KYC), concessão e aprovação de propostas de limites de crédito, além de plataformas de boletagem, isto é, de registro de operações, e verificação de disponibilidade de limites de crédito.

No processo de acompanhamento, contamos com sistemas de monitoramento de clientes, com indicadores comportamentais internos e externos, gestão de limites com relatórios de disponibilidade de limites, relacionando os limites e *outstanding*, classificação de *rating* de operações, controle de recebíveis e checagem de títulos, ferramentas com relatórios gerenciais da carteira de crédito e bureaus internos e externos.

v. Metodologias para mensuração e mitigação de risco de crédito

O Conglomerado realiza avaliações de risco de crédito das operações, por meio de sistemas de monitoramento com parâmetros estabelecidos em normas internas, para acompanhar e antecipar eventuais perdas na carteira. Ressalta-se que, na identificação de deterioração da qualidade da carteira de crédito, são tomadas ações de mitigação de riscos, tais como, reavaliação do perfil de risco dos clientes, garantias e visitas in loco.

vi. Metodologias para limites de risco de crédito de contraparte

No processo de gestão de crédito, são realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como, dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

As políticas, normativos e procedimentos de crédito foram elaborados em linha com as exigências regulamentares e melhores práticas de mercado, com o intuito de tornar as políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado claramente documentadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O Conglomerado dispõe de uma estrutura dedicada à gestão de limites, cujo objetivo é acompanhar o comportamento da carteira e comunicar a Alta Administração, por meio de relatórios periódicos, oportunidades de negócios e eventuais riscos de extrapolação de limites.

vii. Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *Off Balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros	43.263.331	52.226.809
Caixa e equivalentes de caixa	5.049.961	1.178.101
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.848.911	13.914.873
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	5.842.870	12.225.873
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.027.187	22.928.411
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.181.200	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.313.202	1.979.551
Ativos financeiros com característica de concessão de crédito	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>
Empréstimos e recebíveis - (a)	60.510.820	68.641.659
<i>Off Balance</i>	<u>11.084.358</u>	<u>12.946.828</u>
Avais e fianças	10.988.708	12.885.944
Cartas de fianças	<u>95.650</u>	<u>60.884</u>
Total	<u>114.858.509</u>	<u>133.815.296</u>

(a) O Conglomerado tem como política utilizar para fins de exposição de risco de crédito em empréstimos e recebíveis as operações com característica de concessão de crédito, vide Nota Explicativa 8a.

Ativos Financeiros

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Doméstico	41.463.139	50.259.534
Exterior	<u>1.800.192</u>	<u>1.967.275</u>
Total	<u>43.263.331</u>	<u>52.226.809</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, segregado pela contraparte em:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Público	23.029.714	25.657.733
Privado	<u>20.233.617</u>	<u>26.569.076</u>
Total	<u>43.263.331</u>	<u>52.226.809</u>

O fluxo de vencimento das parcelas dos ativos financeiros, na data das demonstrações financeiras, era:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 90 dias	16.135.211	27.334.713
De 91 a 360 dias	5.726.948	5.676.296
De 1 a 3 anos	13.945.391	7.099.896
De 3 a 5 anos	3.969.146	9.195.069
Acima de 5 anos	<u>3.486.635</u>	<u>2.920.835</u>
Total	<u>43.263.331</u>	<u>52.226.809</u>

Ativos financeiros com característica de concessão de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Doméstico	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>
Total	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras, por segmento de negócio, foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes varejo	42.199.308	49.464.906
Clientes atacado	<u>18.311.512</u>	<u>19.176.753</u>
Total	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras, por concentração de risco, foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dez maiores devedores	3.700.991	2.960.084
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.431.050	4.018.461
Cem seguintes maiores devedores	2.939.859	3.056.467
Demais clientes	<u>49.438.920</u>	<u>58.606.647</u>
Total	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras por setor de atividade econômica foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoas jurídicas	<u>19.164.842</u>	<u>20.613.713</u>
Setor público estadual	<u>469.757</u>	<u>26.253</u>
Serviços	-	26.253
Administração direta e indireta	469.757	-
Setor privado	<u>18.695.085</u>	<u>20.587.460</u>
Indústria	9.032.913	9.999.478
Comércio	2.788.795	3.738.451
Rural	597.607	342.349
Serviços	6.275.770	6.507.182
Pessoas físicas	<u>41.345.978</u>	<u>48.027.946</u>
Total	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>

O fluxo de vencimento das parcelas da carteira de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito, concedidos na data das demonstrações financeiras, era:

	2013	2012
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	1.926.774	1.893.450
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	9.441.136	11.939.135
De 91 a 360 dias	19.623.870	20.334.140
De 1 a 3 anos	25.056.342	28.197.221
De 3 a 5 anos	1.940.690	4.522.949
Acima de 5 anos	2.522.008	1.754.764
Total	60.510.820	68.641.659

Qualidade de crédito dos ativos financeiros com característica de concessão de crédito

A classificação interna por faixa de risco é determinada individualmente, por cliente, de acordo com política corporativa e analisa a posição de cada cliente nos seguintes itens: a) Setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório; b) Controle acionário e gestão; e c) Solidez financeira.

Abaixo apresentamos a segregação das operações com característica de concessão de crédito considerando o valor contábil da exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras:

Carteira vincenda

Classificação interna	2013	2012
Baixo	46.486.842	51.582.259
Médio	1.003.152	812.951
Alto	1.221.712	157.648
Total	48.711.706	52.552.858

Carteira vencida sem incidência de impairment

Classificação por vencimento	2013	2012
De 1 a 30 dias de atraso	4.437.006	7.570.404
De 31 a 90 dias de atraso	40.170	34.571
Total	4.477.176	7.604.975

Carteira vencida com incidência de impairment

Classificação interna	2013	2012
Avaliação coletiva	5.229.618	7.763.322
Avaliação individual (a)	2.092.320	720.504
Total	<u>7.321.938</u>	<u>8.483.826</u>
Total da carteira	<u>60.510.820</u>	<u>68.641.659</u>

(a) Abaixo apresentamos as operações de crédito individualmente significativas com incidência de impairment:

Qualificação da exposição	2013			2012		
	Valor presente	Impairment	Valor líquido	Valor presente	Impairment	Valor líquido
Baixo	560.075	325.927	234.148	274.181	97.802	176.379
Médio	1.123.087	684.843	438.244	265.851	98.388	167.463
Alto	409.158	402.874	6.284	180.472	173.437	7.035
Total	<u>2.092.320</u>	<u>1.413.644</u>	<u>678.676</u>	<u>720.504</u>	<u>369.627</u>	<u>350.877</u>

Off Balance

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por ramo de atuação da contraparte, foi:

	2013						2012
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Outros	Total
Avais e Fianças	532.596	1.917.373	5.337.743	6.191	2.947.938	246.867	10.988.708
Cartas de Fianças	-	-	47.258	-	48.392	-	95.650
Total	<u>532.596</u>	<u>1.917.373</u>	<u>5.385.001</u>	<u>6.191</u>	<u>2.996.330</u>	<u>246.867</u>	<u>11.084.358</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	2013				2012
	Centro-Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
Avais e Fianças	3.800	187.168	365.737	10.432.003	10.988.708
Cartas de Fianças	-	-	-	95.650	95.650
Total	<u>3.800</u>	<u>187.168</u>	<u>365.737</u>	<u>10.527.653</u>	<u>11.084.358</u>

viii. Garantias recebidas

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por ramo de atuação da contraparte, eram:

	2013						2012
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Outros Serviços	Serviços	Total
Avais e Fianças	3.136.331	6.878.004	17.582	543.603	3.840.023	234.330	14.649.873
Títulos e Valores Mobiliários	909.244	1.841.917	1.299.214	25.259	1.860.061	59.252	5.994.947
Máquinas e Equipamentos	67.080	1.148.486	-	579	340.713	250	1.557.108
Hipotecas	876.423	1.523.285	-	-	2.043.222	98.346	4.541.276
Outros	1.682.929	2.323.758	3.323	21.099	489.104	57.921	4.578.134
Total	6.672.007	13.715.450	1.320.119	590.540	8.573.123	450.099	31.321.338

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, eram:

	2013					2012
	Centro - Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Total
Avais e Fianças	321.878	513.982	2.242.103	11.103.390	468.520	14.649.873
Títulos e Valores Mobiliários	125.200	352.064	400.675	5.117.008	-	5.994.947
Máquinas e Equipamentos	20.607	76.993	148.037	1.311.471	-	1.557.108
Hipotecas	89.687	142.879	742.149	3.566.561	-	4.541.276
Outros	163.947	213.019	1.027.223	3.173.945	-	4.578.134
Total	721.319	1.298.937	4.560.187	24.272.375	468.520	31.321.338

A exposição máxima de risco de crédito e suas respectivas garantias em 31 de dezembro de 2013 eram:

	Ativos com excesso de garantias		Ativos com insuficiência de garantias		Ativos sem garantias
	Valor de ativo	Valor da garantia	Valor de ativo	Valor da garantia	Valor de ativo
Ativos financeiros	944.247	1.794.974	-	-	42.319.084
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	-	-	-	5.848.911
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	175.936	612.246	-	-	5.666.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	532.636	947.053	-	-	19.494.551
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	5.181.200
Instrumentos financeiros derivativos	235.675	235.675	-	-	1.077.527
At. Fin. com característica de concessão de crédito	13.219.451	25.474.148	43.127.931	24.789.211	4.163.438
Empréstimos e recebíveis - Atacado	13.219.451	25.474.148	1.019.512	811.883	4.163.438
Empréstimos e recebíveis - Varejo - (a)	-	-	42.108.419	23.977.328	-
Off Balance	1.458.281	2.215.209	1.079.990	1.025.124	8.546.086
Total	15.621.979	29.484.331	44.207.921	25.814.335	55.028.608

- (a) Para o segmento Varejo, os contratos de financiamento têm como garantia real, o bem financiado, que são regulamentadas nas cláusulas do contrato firmado entre as partes e os valores das garantias são mensurados mensalmente através da cotação do valor de mercado divulgados em websites de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2013 o valor estimado de venda para o segmento de varejo, já deduzidas dos custos para efetivação das vendas, somavam R\$ 23.977.328 (R\$ 25.146.679 em 2012).

O valor estimado de venda foi apurado através de estudo comparativo entre o valor de mercado dos bens, divulgados em websites de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro e o valor efetivo de venda do bem. Fatores que influenciam no preço como marca, modelo e idade da garantia foram considerados no cálculo.

Em relação aos custos, são utilizados valores médios de custos de todo o processo de retomada, incluindo: ajuizamento, localização da garantia, serviço de guincho, custo de estadia em pátio, taxas do Detran, honorários de venda, etc.

ix. Provisão para perdas por redução no valor recuperável

A provisão para perdas por redução no valor recuperável em empréstimos e recebíveis segregada por operações individualmente significativas e carteira massificada, está apresentada abaixo:

	2013	2012
Operações individualmente significativas	1.413.645	369.627
Operações massificadas	3.862.370	4.828.578
Total	5.276.015	5.198.205

A movimentação na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito foi:

	2013	2012
Saldo inicial	5.198.205	3.702.271
Constituições/(reversões)	4.495.967	5.392.327
Baixas para prejuízo	(4.418.157)	(3.896.393)
Saldo final	5.276.015	5.198.205

A Administração avalia em cada data de fechamento de balanço, o comportamento de risco de ativos financeiros e de grupos de ativos financeiros a fim de identificar a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas incorridas e não identificadas, de acordo com o IAS 39.58. Em caso de evidência de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresente problemas de recuperação, deve ser constituída a provisão para impairment.

Durante 2013, o Conglomerado renegociou/aditou R\$ 6.426.550 (R\$ 6.224.322 em 2012) de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito. Esse montante considera

as renegociações/aditamentos de contratos adimplentes e inadimplentes. No mesmo período, o Conglomerado recuperou R\$ 709.125 (R\$ 252.707 em 2012) baixados como prejuízo.

x. Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

No ano de 2013 em seu curso dos negócios, o Conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e empréstimos e recebíveis para clientes. De acordo com as condições das operações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da instituição.

O Conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Conglomerado. Abaixo, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

Venda com compromisso de recompra	2013	2012
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.139.678	7.722.421
Letras Financeiras do Tesouro	-	494.867
Letras do Tesouro Nacional	-	5.422.676
Notas do Tesouro Nacional	1.139.678	1.804.878
Passivo associado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	(1.088.437)	(7.690.514)
Letras Financeiras do Tesouro	-	(492.914)
Letras do Tesouro Nacional	-	(5.355.181)
Notas do Tesouro Nacional	(1.088.437)	(1.842.419)
Total	51.241	31.907

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial, os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado. Por conta desta responsabilidade perante o cessionário, um passivo financeiro associado é reconhecido. Abaixo, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo		
Empréstimos e Recebíveis	14.414.850	10.931.633
Créditos cedidos com coobrigação	14.414.850	10.931.633
Passivo associado		
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(16.514.144)	(12.296.370)
Cessionários (cessões com coobrigação)	(16.514.144)	(12.296.370)
Total	<u>(2.099.294)</u>	<u>(1.364.737)</u>

O Conglomerado detém garantias para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na forma de hipotecas sobre propriedades, valores mobiliários e outras garantias.

xi. Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos máster executáveis de liquidação

O Conglomerado contrata operações de derivativos, através de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COP) que prevêm pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos os montantes detidos por cada contraparte em um determinado dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, então o valor de encerramento é apurado e apenas um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Esses contratos não atendem os critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o Conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.

A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor contábil</u>
Ativo		
Swap	1.689.064	145.214
Passivo		
Swap	2.453.642	235.356

e. Gerenciamento do capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de capital determinadas no documento “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada” (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme determinado pela Resolução 3.988 do CMN de 30 de junho de 2011, a instituição implementou estrutura de gerenciamento de capital que contempla os itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias claramente documentadas;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração); e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Banco implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução 3.988/11 e na Circular 3.547/11 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de capital.

i. Composição do Patrimônio de Referência - PR

O PR é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras. O seu valor é obtido pela soma do PR Nível 1 e do PR Nível 2, definidos na Resolução 3.444 do CMN.

ii. Patrimônio de Referência Exigido - PRE

O Patrimônio de Referência (PRE), conforme definido pela Resolução 3.490 do CMN, é composto pela soma das parcelas de capital exigido referentes aos riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\text{PRE} = \text{PEPR} + \text{PCAM} + \text{PJUR} + \text{PCOM} + \text{PACS} + \text{POPR}$$

The diagram illustrates the composition of the Required Reference Asset (PRE) into three risk categories. The equation $\text{PRE} = \text{PEPR} + \text{PCAM} + \text{PJUR} + \text{PCOM} + \text{PACS} + \text{POPR}$ is shown at the top. Below it, three boxes represent the risk categories: 'Risco de Crédito' (linked to PEPR), 'Risco de Mercado' (linked to PCAM, PJUR, PCOM, and PACS), and 'Risco Operacional' (linked to POPR). A bracket groups PCAM, PJUR, PCOM, and PACS under the 'Risco de Mercado' category.

Sendo que:

- **PEPR** é a parcela referente ao risco de crédito das exposições ponderadas pelos fatores definidos na Circular nº 3.360 do BACEN;
- **PCAM** é a parcela referente ao risco de mercado das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial (Circular nº 3.389 do BACEN);

- **PJUR** é a parcela referente ao risco de mercado das operações sujeitas à variação da taxa de juros classificadas na carteira de negociação (Circulares nº 3.361, 3.362, 3.363 e 3.364 do BACEN);
- **PCOM** é a parcela referente ao risco de mercado das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias - commodities (Circular nº 3.368 do BACEN);
- **PACS** é a parcela referente ao risco de mercado das operações sujeitas à variação do preço de ações classificadas na carteira de negociação (Circular nº 3.366 do BACEN);
- **POPR** é a parcela referente ao risco operacional (Circular nº 3.383 do BACEN).

iii. Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão do Patrimônio é executada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Banco.

Anualmente é elaborado um plano de capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações das empresas pertencentes ao Banco, visando à avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios.

Mensalmente após a apuração do PR e do PRE, são divulgados, para as áreas envolvidas, relatórios gerenciais de acompanhamento do capital alocado para riscos e o Índice de Basiléia.

A posição de capital regulador do Conglomerado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é apresentada abaixo:

iv. Índice de Basiléia calculado com base na posição patrimonial elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Patrimônio de Referência Total (PR)	<u>11.217.685</u>	<u>12.110.639</u>
Patrimônio de Referência Nível I	7.100.735	7.874.507
Patrimônio de Referência Nível II	4.116.950	4.236.132
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	<u>8.653.596</u>	<u>9.315.088</u>
Risco de Crédito	8.068.579	8.720.810
Risco de Mercado	184.537	294.179
Risco Operacional	400.480	300.099
Excesso de Patrimônio de Referência	<u>2.564.089</u>	<u>2.795.551</u>
Índice (PR x 100)/(PRE/0,11)	<u>14,3%</u>	<u>14,3%</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor da situação para o limite de imobilização	437.088	198.944
Valor da margem ou insuficiência	<u>5.171.754</u>	<u>5.856.374</u>
Limite para imobilização	<u>5.608.842</u>	<u>6.055.318</u>

f. Risco de liquidez

A gestão de Risco de Liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o controle do risco de liquidez do conglomerado financeiro Banco Votorantim estabelecendo os processos, ferramentas e limites, necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco, estabelecidos pela Alta Administração.

i. Definições

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As principais ferramentas utilizadas para a mensuração do risco de liquidez são a Meta de Liquidez e o Caixa Mínimo, construídas com metodologia de teste de estresse.

ii. Princípios Básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução 4.090 do CMN e as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;
- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

iii. Governança e Comissões de Gestão e Controle

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados, com definição clara de atribuições, composição e periodicidade:

Conselho de Administração

- Responsável por fixar as diretrizes fundamentais da política geral da Instituição, verificar e acompanhar a sua execução.

Comitê Executivo

- Responsável por discutir e acompanhar temas recorrentes do negócio abordados nos comitês e comissões operacionais e revisar continuamente a estrutura de governança interna a fim de promover melhorias e aprovar os eventuais ajustes e modificações nos comitês, comissões e subcomissões operacionais da governança interna.

Comitê de ALM, Riscos e Capital

- Responsável por analisar e ratificar as propostas encaminhadas para aprovação pelas Comissões subordinadas e encaminhá-las ao Comitê Executivo no que se refere a ações para gerenciamento e controle de riscos e gestão de capital.

Comissão de Liquidez

- Responsável pelo acompanhamento e deliberação dos assuntos relacionados à gestão do risco de liquidez, submetendo-os para acompanhamento ao Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital.

iv. Áreas Envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação e o desembolso de operações, a modelagem e o controle de risco de liquidez, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Risco de Mercado e Liquidez

- Responsável pelas metodologias de modelagem e pela validação das premissas utilizadas para os cenários e métricas do risco de liquidez;
- Responsável pela atualização e revisão periódica dos cenários de liquidez e do plano de contingência de liquidez e pelo monitoramento de limites autorizados de caixa.

Tesouraria e Área de Captação

- Responsáveis pela execução da negociação de operações com o mercado e clientes, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações;
- Responsáveis pela definição e atualização periódica das premissas de aplicação e captação, pela implementação do plano de contingência de liquidez, observando as estratégias definidas e os instrumentos previamente autorizados.

Finanças

- Responsável pela confirmação independente, pela formalização, pelo registro e contabilização e pela liquidação de operações;
- Responsável pelo acompanhamento de carteiras e composição do Balanço e pela avaliação de propostas de emissão de instrumentos de dívidas subordinadas.

v. Medidas e Limites de Risco para Gestão e Controle

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de liquidez:

- Meta de Liquidez e Caixa Mínimo: compreende o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para os cenários adversos de liquidez;
- Cenários de vencimento: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, tendo por base a premissa geral de vencimento das carteiras atuais;
- Cenários orçamentários: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, tendo por base a premissa geral de rolagem das carteiras atuais;
- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou da dinâmica e da composição das carteiras, que possam alterar de forma significativa os cenários projetados de liquidez do Conglomerado;
- Análises de Sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- Perfil de Concentração de Captação: compreende o acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

As medidas de risco são utilizadas para o estabelecimento de limites e para a tomada de risco. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, através do estabelecimento de níveis mínimos de caixa e de ações contingenciais. A área de Risco de Mercado e Liquidez é responsável por monitorar diariamente o risco de liquidez e acionar os fóruns competentes em caso de aumento do risco.

Os valores estabelecidos nos limites de liquidez e no plano de contingência são atualizados e revistos periodicamente, em função da alteração significativa das condições de mercado ou da dinâmica e composição das carteiras.

vi. Sistemas de Mensuração e Processo de Comunicação

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de liquidez, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas operacionalizam o tratamento integrado de informações, de forma sequenciada:

- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil;
- a apuração do perfil de liquidez, pelo cálculo da rolagem e do vencimento de operações, conforme as premissas dos diversos cenários em pauta.

Adicionalmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados;
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta.

vii. Comunicação de Extrapolação de Limites e Plano de Contingência

O procedimento adotado para o monitoramento dos níveis de caixa e do plano de contingência compreende duas etapas: comunicação e de monitoramento.

Comunicação:

- Para comunicação são apresentados os cenários e métricas de liquidez na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital, onde são analisadas as variações e considerados os níveis pré-estabelecidos de acionamento do plano de contingência em caso de potencial extrapolação dos limites estabelecidos.

Monitoramento:

- Eventual extrapolação de limites implica obrigatoriamente a implementação de estratégias combinadas de negócio, de gestão das carteiras de aplicação e captação, para a recomposição dos níveis de liquidez, incluindo, caso necessário, o lançamento e a adoção das ações estabelecidas previamente no plano de contingência.
- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital.

g. Gestão de ativos e passivos

O Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, bem como a gestão do capital que busca otimizar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A seguir, estão as maturidades de ativos e passivos:

2013						
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5.049.961	-	-	-	-	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.628.594	220.317	-	-	-	5.848.911
Ativos financeiros valor justo resultado	5.842.870	-	-	-	-	5.842.870
Ativos financeiros disp. venda	4.129.674	5.154.576	6.028.925	2.675.240	2.038.772	20.027.187
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	4.783.282	397.918	-	5.181.200
Instrumentos financeiros derivativos	231.349	216.897	405.490	247.592	211.874	1.313.202
Empréstimos e recebíveis	9.588.926	19.699.286	24.218.797	1.856.101	2.501.183	57.864.293
Total	30.471.374	25.291.076	35.436.494	5.176.851	4.751.829	101.127.624
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo por meio do resultado	124.673	227.039	37.422	22.547	-	411.681
Passivos financeiros ao custo amortizado	29.434.232	32.534.357	25.168.797	3.434.777	6.452.658	97.024.821
Instrumentos financeiros derivativos	239.846	272.668	427.866	191.207	159.018	1.290.605
Total	29.798.751	33.034.064	25.634.085	3.648.531	6.611.676	98.727.107
2012						
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	1.178.101	-	-	-	-	1.178.101
Ativos financeiros com acordo de revenda	9.822.755	4.092.118	-	-	-	13.914.873
Ativos financeiros valor justo resultado	12.225.873	-	-	-	-	12.225.873
Ativos financeiros disp. venda	3.060.305	1.094.757	6.967.949	9.193.925	2.611.475	22.928.411
Instrumentos financeiros derivativos	366.186	388.545	337.663	585.045	302.112	1.979.551
Empréstimos e recebíveis	15.116.305	21.084.742	28.052.026	4.252.872	1.736.343	70.242.288
Total	41.769.525	26.660.162	35.357.638	14.031.842	4.649.930	122.469.097
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo por meio do resultado	334.961	220.892	51.584	-	-	607.437
Passivos financeiros ao custo amortizado	40.655.795	35.264.718	25.583.496	8.399.289	4.277.779	114.181.077
Instrumentos financeiros derivativos	223.233	328.839	570.597	219.543	393.038	1.735.250
Total	41.213.989	35.814.449	26.205.677	8.618.832	4.670.817	116.523.764

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas como acima de 5 anos e as operações passivas como até 90 dias. O patrimônio líquido não tem prazo determinado e está sendo apresentado como acima de 5 anos.

No quadro, a rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" está apresentada de acordo com os vencimentos dos ativos classificados na categoria. A baixa dos títulos pode ser realizada entre 90 e 360 dias.

O perfil dos instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação nas respectivas datas base são:

Posição ativa	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações em Bolsa	206.569	214.501
Balcão	1.106.633	1.765.050
Instituições financeiras	384.881	1.505.298
Clientes	721.752	259.752
Total	<u>1.313.202</u>	<u>1.979.551</u>
Posição passiva	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações em Bolsa	127.977	266.955
Balcão	1.162.628	1.468.295
Instituições financeiras	1.049.595	1.386.873
Clientes	113.033	81.422
Total	<u>1.290.605</u>	<u>1.735.250</u>

Os ativos financeiros dados em garantia para operações em Bolsa, Câmeras de compensação, entre outros, são:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações em Bolsa	2.146.605	1.670.125
Notas do Tesouro Nacional	1.919.180	513.913
Letras Financeiras do Tesouro	10.572	38.601
Letras do Tesouro Nacional	216.853	1.117.611
Operações Câmera Comp.	105.489	128.373
Notas do Tesouro Nacional	30.049	110.615
Letras Financeiras do Tesouro	-	17.758
Letras do Tesouro Nacional	75.440	-
Outros	870.062	2.710.876
Notas do Tesouro Nacional	-	1.019.543
Letras Financeiras do Tesouro	11.088	30.947
Letras do Tesouro Nacional	452.248	690.745
Outros (a)	406.726	969.641
Total	<u>3.122.156</u>	<u>4.509.374</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2013, referem-se, basicamente, a outros títulos no exterior no montante de R\$ 383.302 (R\$ 375.406 em 2012) e títulos de governos estrangeiros no montante de R\$ 23.424 (R\$ 594.235 em 2012).

A exposição do Conglomerado ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte:

2013								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	4.990.234	56.633	2.016	709	369	-	-	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.778.713	70.198	-	-	-	-	-	5.848.911
Ativos financeiros valor justo resultado	4.476.884	1.365.986	-	-	-	-	-	5.842.870
Ativos financeiros disp. venda	20.027.187	-	-	-	-	-	-	20.027.187
Empréstimos e recebíveis	50.525.155	7.295.723	43.415	-	-	-	-	57.864.293
Outros ativos	2.122.868	106.758	5.339	-	539	338	15.434	2.251.276
Total	87.921.041	8.895.298	50.770	709	908	338	15.434	96.884.498
Passivo								
Passivos financeiros ao valor justo resultado	411.681	-	-	-	-	-	-	411.681
Passivos financeiros ao custo amortizado	86.255.490	10.762.813	6.518	-	-	-	-	97.024.821
Outros passivos	2.031.915	926.362	1.175	241	-	-	-	2.959.693
Total	88.699.086	11.689.175	7.693	241	-	-	-	100.396.195
Instrumentos financeiros derivativos								
Posição ativa em moeda estrangeira	-	5.079.282	26.957	-	-	-	-	-
Posição passiva em moeda estrangeira	-	2.180.088	51.834	2.135	-	-	-	-
Exposição cambial	-	105.317	18.200	(1.667)	908	338	15.434	-
2012								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	1.177.896	(3.457)	3.349	-	313	-	-	1.178.101
Ativos financeiros com acordo de revenda	13.607.002	307.871	-	-	-	-	-	13.914.873
Ativos financeiros valor justo resultado	10.871.745	1.354.128	-	-	-	-	-	12.225.873
Ativos financeiros disp. venda	22.928.411	-	-	-	-	-	-	22.928.411
Empréstimos e recebíveis	63.013.153	7.172.050	57.085	-	-	-	-	70.242.288
Outros ativos	4.080.978	388.778	6.391	298	3.567	461	5.779	4.486.252
Total	115.679.185	9.219.370	66.825	298	3.880	461	5.779	124.975.798
Passivo								
Passivos financeiros ao valor justo resultado	607.437	-	-	-	-	-	-	607.437
Passivos financeiros ao custo amortizado	98.260.136	14.792.810	553.033	-	575.098	-	-	114.181.077
Outros passivos	3.758.779	1.466.059	21.229	-	-	-	-	5.246.067
Total	102.626.352	16.258.869	574.262	-	575.098	-	-	120.034.581
Instrumentos financeiros derivativos								
	-	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	-
Posição ativa em moeda estrangeira	-	10.620.168	541.284	-	577.810	-	-	-
Posição passiva em moeda estrangeira	-	3.610.986	77.912	850	-	-	-	-
Exposição cambial	-	(30.317)	(44.065)	(552)	6.592	461	5.779	-

h. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme a explicação abaixo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	1.003.200	-	-	4.078.677	-
Ativos financeiros ao valor justo resultado	4.944.422	898.448	-	11.159.927	722.121	343.825
Público	3.643.070	481.532	-	7.789.667	51.647	-
Imobiliário	-	24.771	-	-	301	-
Privado	22.608	186.140	-	105.557	257.977	-
Rurais	-	206.005	-	-	391.762	-
Cotas de fundos	913.876	-	-	2.152.752	-	-
Ações	28.394	-	-	29.333	-	343.825
Exterior	336.474	-	-	1.082.618	20.434	-
Ativos financeiros disp. venda	14.316.969	4.550.048	1.160.170	19.236.235	2.211.495	1.480.681
Público	13.619.768	88.104	-	17.009.801	73.012	-
Imobiliário	-	40.244	-	-	43.161	-
Privado	43.330	2.927.390	-	1.390.722	1.193.110	-
Rurais	-	981.848	-	-	408.222	-
Cotas de fundos	486.719	-	-	457.500	-	-
Ações	64.706	-	1.160.170	54.520	-	1.480.681
Exterior	102.446	512.462	-	323.692	493.990	-
Instrumentos financeiros derivativos	86.012	1.227.190	-	93.853	1.883.822	1.876
Diferencial a receber de swap	-	847.131	-	-	1.576.205	-
Derivativos de crédito	-	1.934	-	-	12.090	1.876
Outros	86.012	378.125	-	93.853	295.527	-
Empréstimos e recebíveis	-	40.816.800	-	-	41.434.209	-
Total	<u>19.347.403</u>	<u>48.495.686</u>	<u>1.160.170</u>	<u>30.490.015</u>	<u>50.330.324</u>	<u>1.826.382</u>
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo resultado	301.753	109.928	-	493.304	114.133	-
Operações compromissadas	301.731	-	-	493.277	-	-
Credores por empréstimos de ações	22	-	-	27	-	-
Títulos no exterior	-	109.928	-	-	114.133	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	6.754.787	-	-	9.730.564	-
Instrumentos financeiros derivativos	71.966	1.218.639	-	74.391	1.660.755	104
Diferencial a pagar de swap	-	919.411	-	-	1.355.585	-
Derivativos de crédito	-	5.808	-	-	8.502	104
Outros	71.966	293.420	-	74.391	296.668	-
Total	<u>373.719</u>	<u>8.083.354</u>	<u>-</u>	<u>567.695</u>	<u>11.505.452</u>	<u>104</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Conglomerado é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não apresentam informações de precificação em mercado ativo, o Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. Os modelos utilizados são submetidos à aprovação da Comissão de Risco de Mercado e também à avaliação da área de Validação de Modelos, que é funcionalmente independente da área de modelagem.

i. Transferências do nível 2

	<u>2012</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Outras movimentações</u>	<u>2013</u>
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo resultado - (a)	722.121	(18.182)	-	194.509	898.448
Total	<u>722.121</u>	<u>(18.182)</u>	<u>-</u>	<u>194.509</u>	<u>898.448</u>
	<u>2011</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Outras movimentações</u>	<u>2012</u>
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo resultado	2.249.338	-	96.348	(1.623.565)	722.121
Ativos financeiros disp. venda	1.055.352	-	824.435	331.708	2.211.495
Total	<u>49.370.247</u>	<u>-</u>	<u>920.783</u>	<u>39.294</u>	<u>50.330.324</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2013, referem-se, basicamente, a transferências de debêntures para o Nível 1, nas quais observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o spread de crédito vigente.

ii. Composição do nível 3

Ativo	2013	2012
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	343.825
Ações de Cias. Fechadas	-	343.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.160.170	1.480.681
Ações de Cias. Fechadas	1.160.170	1.480.681
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.876
Derivativos de crédito	-	1.876
Total	1.160.170	1.826.382
Passivo	2013	2012
Instrumentos financeiros derivativos	-	104
Derivativos de crédito	-	104
Total	-	104

iii. Movimentação do nível 3

Ativo	Ativos financeiros ao valor justo resultado		Ativos financeiros disp. venda		Instrumentos financeiros derivativos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	343.825	554.854	1.480.681	2.613.073	1.876	1.641
Aquisições	-	120.302	-	27.140	-	-
Ações Cias Fechadas	-	111.716	-	27.140	-	-
Debêntures	-	8.586	-	-	-	-
Vendas e/ou Resgates	(343.825)	(234.982)	(241.124)	(165.552)	(3.419)	-
Ações Cias Fechadas - (c)	(343.825)	(234.982)	(241.124)	(155.854)	-	-
Debêntures	-	-	-	(9.698)	-	-
Derivativos de crédito	-	-	-	-	(3.419)	-
Transferências	-	(96.348)	(47.026)	(917.449)	-	-
Para Nível 1 - Debêntures - (a)	-	-	(47.026)	(93.014)	-	-
Para Nível 2 - Debêntures - (b)	-	(96.348)	-	(824.435)	-	-
Resultado	-	-	(32.361)	(76.531)	1.543	235
Ações Cias Fechadas	-	-	(32.361)	(79.041)	-	-
Debêntures	-	-	-	2.510	-	-
Derivativo de Crédito	-	-	-	-	1.543	235
Saldo final	-	343.826	1.160.170	1.480.681	-	1.876
Passivo	Instrumentos financeiros derivativos					
	2013	2012				
Saldo inicial	104	32.564				
Vendas/Resgates	(1.046)	-				
Derivativo de crédito	(1.046)	-				
Resultado	942	(32.460)				
Derivativo de crédito	942	(32.460)				
Saldo final	-	104				

- (a) Observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o spread de crédito vigente.
- (b) Observou-se a existência de taxa indicativa para um papel ou uma cesta de papéis (segundo sua similaridade), adotando-se a taxa do mesmo como spread de crédito.
- (c) Os valores movimentados na rubrica “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (2013 e 2012) referem-se à rerepresentação dos saldos do BV Empreendimentos S.A. em atendimento ao IFRS 10, conforme Nota Explicativa nº 2n.

40 Outras informações

a. Benefícios a empregados pós-emprego

Não existem benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

b. Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

41 Eventos subsequentes

a. Incorporação BV Sistemas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Conglomerado aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Conglomerado passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicará em um aumento do Capital Social do Conglomerado e o estatuto social não sofrerá qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: 65.852
- Passivos: 45.039
- Patrimônio Líquido: 20.813

b. Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS E COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

O Conglomerado aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Conglomerado.